



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTÁ - RR
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÃO – DLC/PMC

EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 001/2026 – DLC/PMC
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 017/2026- SEMCULTE/PMC

O **MUNICÍPIO DE CANTÁ/RR**, por meio do Departamento de Licitações e Contratação, instituído por meio do decreto nº 015, de 21 de fevereiro de 2024, simplesmente denominado DLC/PMC, torna público que realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **PRESENCIAL**, com critério de julgamento **MENOR PREÇO, POR LOTE, MODO DE DISPUTA: aberto**, com **INVERSÃO DE FASES**, nos termos da Lei nº 14.133 de 2021, da Lei Complementar nº 123 de 2006 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1. DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO PRESENCIAL

Entrega dos Envelopes:

1.1. Os envelopes contendo os **Documentos de habilitação** (Envelope nº 1) e a **Proposta de preço** (Envelope nº 2), poderão ser entregues **até o dia: 19 de maio de 2026, às 9h (horário local)**, diretamente no **Departamento** de Licitações e Contratação - DLC, localizado na Rua Francisco Alves Gondim, S/N, bairro: Antônio Chagas Pinto, Cantá – RR.

1.2. Os Envelopes nº 2 – Propostas de Preços – somente serão abertos em relação aos licitantes declarados habilitados, os quais participarão da etapa de lances, conforme previsto neste Edital.

1.3. Em razão da inversão de fases autorizada pelo art. 17, §1º da Lei nº 14.133/2021, a habilitação dos licitantes será realizada antes da análise das propostas e da etapa de lances. Assim, os licitantes deverão encaminhar, simultaneamente, os documentos de habilitação e a proposta de preços, devidamente identificados, no prazo estabelecido no item anterior.

Abertura da Sessão:

1.4. **Data/Hora: 19 de maio de 2026, às 9h (horário local). Local:** Sala de Reunião do Departamento de Licitações e Contratação - DLC, localizado na Rua Francisco Alves Gondim, S/N, bairro: Antônio Chagas Pinto, Cantá – RR.

1.5. A sessão será realizada **presencialmente**, devendo ser **registrada em ATA**, e obrigatoriamente **gravada** por meio de **áudio e vídeo**, e a gravação juntada aos autos do processo licitatório, nos termos do **Art. 17, § 2º, da Lei nº 14.133/2021**.

1.6. Os trabalhos serão conduzidos por Servidor da Prefeitura Municipal de Cantá/RR, denominado Pregoeiro, auxiliado pela Equipe de Apoio (art. 8º da Lei nº 14.133/2021), conforme designação no decreto municipal 409/2024 e Decreto nº 015, de 21 de fevereiro de 2024.

1.7. Na hipótese de não haver expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão pública referente a este Pregão, será transferida



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTÁ - RR
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÃO – DLC/PMC

automaticamente, para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local estabelecido no preâmbulo deste Edital.

Do Procedimento e da Inversão de Fases:

1.8. Em conformidade com o art. 17, da Lei nº 14.133/2021, a presente licitação será realizada com inversão de fases, de modo que a habilitação antecederá a análise das propostas, conforme justificativa constante dos autos.

1.8.1. A inversão de fases terá como benefícios a verificação prévia da qualificação técnica, da experiência e da qualidade dos serviços prestados pelos licitantes, em busca de atender aos parâmetros mínimos de qualidade definidos no Termo de Referência; assegurando que os concorrentes que se habilitem sejam realmente capazes de executar um serviço de qualidade.

Prazo Legal para Apresentação das Propostas:

1.9. Considerando que o objeto da presente licitação **refere-se à prestação de serviços comuns**, nos termos do **art. 55, inciso II, alínea “a” da Lei nº 14.133/2021**, o prazo mínimo para apresentação dos envelopes e abertura da sessão, contados a partir da data de divulgação do edital de licitação, será de 10 (dez) dias úteis.

Disponibilização do Edital:

1.10. O Edital e seus anexos estarão disponíveis, na íntegra no Departamento de Licitações e Contratação - DLC, localizado na Rua Francisco Alves Gondim, S/N, bairro: Antônio Chagas Pinto, Cantá – RR, de segunda a sexta-feira, no horário das 08h00 às 14h00, sem qualquer ônus, devendo apenas o interessado dispor de mídia que suporte os respectivos arquivos.

1.11. O Edital e seus anexos estarão disponíveis para download no Portal de Compras do Governo Federal: <https://www.gov.br/compras/pt-br/>, Código UASG: 980028 e ou na internet através do link <https://transparencia.canta.rr.gov.br/edital/> ou quando solicitado através do e-mail: licitacaocanta@gmail.com juntamente com os dados cadastrais do(a) licitante, no horário das 08h:00min às 14h:00min, ou ainda no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP https://pncp.gov.br/app/editais?q=&status=recebendo_proposta&pagina=1.

2. DO OBJETO:

2.1. A presente licitação tem por objeto a escolha da proposta mais vantajosa para a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXECUÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS, VISANDO À PRODUÇÃO, ORGANIZAÇÃO, COORDENAÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DE CAMPEONATOS DE FUTEBOL SOCIETY, COM FORNECIMENTO DE INFRAESTRUTURA E MATERIAIS, PARA ATENDER ÀS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER DO MUNICÍPIO DE CANTÁ/RR.**

2.2. Modo de Disputa: **Aberto**

2.3. Lote Exclusivo para ME/EPP/Equiparadas: **Sim.**

2.4. **Critério de julgamento: Menor Preço, por Lote.**

2.5. Inversões de fases: **Sim**



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTÁ - RR
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÃO – DLC/PMC

2.6. A licitação será dividida em **LOTES**, formados por um ou mais itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem, conforme especificações constantes no Termo de Referência (ANEXO I), que é parte integrante deste Edital.

2.7. Para fins de aceitabilidade, será considerado o somatório dos preços unitários ofertados por item integrante de cada lote, observados os limites estabelecidos na planilha orçamentária estimada. O valor global da proposta por lote **não poderá exceder o valor total estimado para o respectivo lote**, conforme previsto na fase preparatória da contratação. Embora a contratação seja regida pelo regime de fornecimento por preço unitário, **o critério de julgamento será o de menor preço por lote**, nos termos do art. 33, inciso I, combinado com o art. 46, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

3. DO VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO E INFORMAÇÕES CORRELATAS

3.1. O valor máximo estimado que a Secretaria Municipal de Cultura, Esporte, Turismo e Lazer, se compromete a pagar para a execução do objeto desta licitação é de **R\$ 1.275.977,25 (um milhão, duzentos e setenta e cinco mil, novecentos e setenta e sete reais e vinte e cinco centavos)**.

3.2. **O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.**

3.3. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento municipal para o exercício de 2026.

4. DO CREDENCIAMENTO E DA REPRESENTAÇÃO LEGAL

4.1. No dia, horário e local designados para recebimento dos envelopes, os licitantes deverão apresentar, fora dos envelopes de habilitação e proposta, os documentos de credenciamento do seu representante, conforme segue:

a) **titular da empresa licitante ou sócio da licitante:** apresentar Cédula de Identidade ou outro documento de identificação oficial com foto, acompanhado de: Registro comercial ou Contrato Social ou Estatuto em vigor, no caso de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, dos documentos de eleição de seus administradores; sendo que em tais documentos devem constar expressos poderes para exercerem direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura devendo ser entregue ao Pregoeiro/Equipe de Apoio, uma cópia legível;

b) **representante designado pela empresa licitante:** apresentar Cédula de Identidade ou outro documento de identificação oficial com foto, acompanhado preferencialmente do TERMO DE CREDENCIAMENTO, conforme modelo no ANEXO II, ou de instrumento particular de procuração específica, com poderes para se manifestar em nome da empresa licitante em qualquer fase da licitação, acompanhado do Registro comercial ou Contrato Social ou Estatuto em vigor, no caso de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, dos documentos de eleição de seus administradores; sendo que em tais documentos devem constar expressos poderes para delegar direitos e obrigações a outrem devendo ser entregue ao Pregoeiro/Equipe de Apoio do DLC uma cópia legível;



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTÁ - RR
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÃO – DLC/PMC

c) Será admitido **apenas 01 (um) representante credenciado para cada licitante**, ou seja, cada representante, ainda que munido de procuração, somente poderá representar apenas uma empresa.

d) É dispensável a procuração, na hipótese da empresa concorrente se fazer representar pelo próprio titular, no caso de firma individual, ou por sócio com poderes para representá-la, na licitação, através do Ato Constitutivo.

e) Apresentar **Relatório de Credenciamento Regular – Nível I – Credenciamento no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF**, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018;

f) Apresentar, quando for o caso, apresentar, quando for o caso, **Declaração de Enquadramento como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte**, conforme modelo constante do **Anexo VIII**, firmada pelo representante legal, ratificando o atendimento aos requisitos da **Lei Complementar nº 123/2006**, em especial a inexistência dos impedimentos do § 4º do art. 3º. A ausência da declaração implicará renúncia ao tratamento diferenciado previsto na referida Lei.

4.2. A **não apresentação dos documentos de credenciamento** não inabilita o licitante, mas **impede sua participação ativa na sessão**, inclusive para oferta de lances ou manifestação de intenção de recurso, sendo registrada tal condição em ata.

4.3. O credenciamento encerrar-se-á com o início da abertura do primeiro envelope de habilitação, sendo vedada a admissão de novos participantes após esse momento.

4.4. O representante que se apresentar após o horário fixado para o início da sessão será considerado retardatário, podendo acompanhar os trabalhos apenas na condição de ouvinte, sem direito a manifestação ou prática de atos.

4.5. Os representantes dos licitantes deverão permanecer no local da sessão até a sua conclusão, a fim de assinar a ata e os documentos relativos ao certame.

4.6. Será obrigatório que a licitante constitua representante credenciado perante o **Pregoeiro**, para participação nas sessões públicas, inclusive para a fase de lances verbais, negociação de preços, declaração de intenção de interpor recurso, enfim, para representar a licitante durante a reunião de abertura dos envelopes de “Proposta de Preço” e “Documentos de Habilitação”, relativos a este Pregão.

4.7. O representante legal da licitante que não estiver devidamente credenciado perante o **Pregoeiro** ficará impedido de participar da fase de lances verbais, negociação de preços, manifestação de intenção de recorrer, ou qualquer outro ato durante a sessão pública. **Nesse caso, será considerada apenas a proposta escrita apresentada pela licitante, a qual será tomada como seu único lance na sessão.**

4.8. Somente poderão participar das fases de análise e julgamento dos documentos e da proposta de preços, com direito a assinar documentos e tomar deliberações, os prepostos devidamente credenciados por **instrumento de procuração público ou particular**, nos termos do art. 3º, inciso II, da Lei nº 13.726/2018, portando documento oficial de identificação. Poderá ser adotado o modelo constante no **ANEXO III** deste Edital.



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTÁ - RR
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÃO – DLC/PMC

5. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO:

5.1. Poderão participar desta licitação, os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação, e que preencherem as condições de credenciamentos constantes neste Edital, especialmente aos requisitos mínimos de qualificação exigidos para execução do objeto devidamente credenciado, observados os itens a seguir:

5.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF.

5.2. Será permitida a participação de empresas em consórcio, nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133/21. O compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito pelos consorciados, deverá ser apresentado dentro do Envelope Nº 01 – Documentos de Habilitação e incluir, pelo menos, os seguintes elementos:

5.2.1. Comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;

5.2.2. Indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Contratante, a qual deverá subscrever a proposta de preços, em nome do consórcio;

5.2.3. No consórcio de empresas brasileiras e estrangeiras, a liderança caberá, obrigatoriamente, à empresa brasileira, a qual deverá atender às condições de liderança;

5.2.4. Os documentos de habilitação previstos neste Edital, deverão ser apresentados por parte de **cada consorciado**, admitindo-se, para efeito de qualificação técnica, o somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, do somatório dos valores de cada consorciado, também na proporção de sua respectiva participação;

5.2.5. Cada consorciado, individualmente, deverá atender as exigências relativas à habilitação jurídica e à regularidade fiscal e trabalhista previstas neste edital;

5.2.6. A empresa consorciada está impedida de participar desta licitação por intermédio de mais de um consórcio ou isoladamente, inclusive na condição de subcontratada de outro licitante;

5.2.7. Qualquer uma das consorciadas poderá apresentar, em nome do consórcio, a garantia da execução, quando exigida;

5.2.8. Os integrantes do consórcio respondem de forma solidária pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação, quanto na de execução do contrato;

5.2.9. O prazo de duração do consórcio deve, no mínimo, coincidir com o prazo de conclusão do objeto licitado, até sua aceitação definitiva;

5.2.10. Estará impedida de participar do consórcio a empresa na qual figure, entre seus diretores, responsáveis técnicos ou sócios, pessoa que seja funcionário, diretor, responsável técnico ou sócio de outra empresa consorciada, além das demais vedações previstas no art. 14 da Lei nº 14.133/2021;

5.2.11. Antes da celebração do contrato, a licitante declarada vencedora deverá promover a constituição e o registro do consórcio no órgão oficial competente, nos termos do compromisso referido no art. 15, §3º, da Lei nº 14.133/2021;

5.2.12. Os consorciados deverão apresentar compromisso de que não alterarão a constituição ou composição do consórcio, sem prévia autorização do Contratante, visando manter válidas as premissas que asseguraram a habilitação do consórcio original;



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTÁ - RR
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÃO – DLC/PMC

5.2.13. Os consorciados deverão apresentar compromissos de que não se constituem nem se constituirão, para fins do consórcio, em pessoa jurídica e de que o consórcio não adotará denominação própria, diferente da de seus integrantes;

5.2.14. A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo órgão contratante e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato, conforme preceitua o § 5º do art. 15 da Lei nº 14.133/2021.

5.3. será concedido o tratamento diferenciado a Microempresa, Empresa de Pequeno Porte e Microempreendedor Individual conforme disposto no art. 4º, § 1º, II da Lei 14.133/2021.

5.3.1. Justifica-se a não reserva de lotes e/ou cotas nos termos estabelecidos nos art. 47 e 48 da Lei 123/2006, em especial ao inciso I do art. 48 da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014.

5.4. Será admitida a participação de empresas em recuperação judicial, desde que amparadas em certidão emitida pela instância judicial competente afirmando que a respectiva está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório;

5.5. Não poderão disputar esta licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente:

5.5.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

5.5.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

5.5.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

5.5.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

5.5.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

5.5.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

5.5.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

5.5.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTÁ - RR
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÃO – DLC/PMC

- 5.5.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 5.5.10. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 5.5.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021;
- 5.5.12. O impedimento de que trata o item 5.5.6, será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante;
- 5.5.13. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 5.5.4 e 5.5.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade;
- 5.5.14. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;
- 5.5.15. O disposto nos itens 5.5.4 e 5.5.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução;
- 5.5.16. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021;
- 5.5.17. A vedação de que trata o item 5.5.11 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

5.6. Não se admite a participação na licitação mediante remessa da documentação e proposta de preço por fax ou e-mail.

6. DA INVERSÃO DE FASES – HABILITAÇÃO

- 6.1. Conforme previsto no subitem 2.5, a presente licitação será realizada com inversão de fases, conforme o disposto no art. 17, §1º da Lei nº 14.133/2021, nesse formato, a habilitação dos licitantes ocorrerá antes da fase de apresentação de propostas e lances, trazendo diversos benefícios para o certame licitatório.
- 6.2. A inversão de fases possibilitará enfoque maior na qualificação técnica e na capacidade dos participantes. Assegurando aos concorrentes que se habilitem sejam realmente capazes de entregar um serviço de qualidade, priorizando a segurança e a eficiência na execução.



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTÁ - RR
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÃO – DLC/PMC

6.3. As análises da fase de habilitação antes da fase de propostas permitirão que sejam identificadas previamente as empresas aptas e qualificadas para participar da licitação. Reduzindo o tempo do processo licitatório, evitando que propostas sejam analisadas de empresas que posteriormente seriam desclassificadas por falta de habilitação.

6.4. As empresas que não atenderem aos requisitos mínimos estabelecidos no edital, serão eliminadas na primeira fase do processo. Ao selecionar inicialmente empresas aptas e qualificadas, a fase de habilitação priorizará a qualidade técnica e a capacidade operacional dos licitantes. Contribuirá para a contratação de empresas que detenham condições reais de executar os serviços com eficiência e qualidade.

6.5. Com a inversão de fases neste Pregão, fica assegurado que a etapa de lances ocorra após análises da qualificação técnica das licitantes, e somente entre àquelas que possuam compatibilidade técnica com o escopo dos serviços, e que atendam às normas vigentes previstas neste edital.

7. DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E DA PROPOSTA

7.1. Na presente licitação, a fase de **habilitação antecederá** as fases de **apresentação das propostas, lances e julgamento**.

7.2. No local, data e horário estabelecidos no subitem 1.1 e 1.4 deste Edital, o representante da licitante deverá proceder à entrega, diretamente ao Pregoeiro ou Equipe de Apoio, os dois envelopes lacrados contendo, separadamente:

7.2.1. Envelope nº 01 – “Documentação de Habilitação”;

7.2.2. Envelope nº 02 – “Proposta de Preço”.

7.3. Os documentos constantes do ENVELOPE nº 01 e do ENVELOPE nº 02, não poderão conter rasuras, ressalvas, emendas e entrelinhas, bem como deverão ser apresentados em uma única via, com as folhas rubricadas pelo representante legal e numeradas em ordem crescente (parte inferior/centro da página) apresentando ao final Termo de Encerramento.

7.4. A ausência de identificação externa nos envelopes não implicará na desclassificação da licitante, podendo ser sanada no momento da sessão, desde que não haja violação dos mesmos.

7.5. Na hipótese de, por erro material, ocorrer a abertura do Envelope nº 02 antes do Envelope nº 01, o envelope de proposta será imediatamente **reconstituído e lacrado novamente**, sem análise do conteúdo, sendo o novo lacre **rubricado pelos presentes** e registrada a ocorrência em ata.

7.6. Os documentos dos envelopes, quando expedidos por órgão público ou privados poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada em Cartório competente, ou autenticado por servidor administrativo ou por Pregoeiro/Equipe de Apoio, (preferencialmente até 02 (dois) dias antes da data do certame de modo a não tumultuar o andamento do certame) ou publicação em órgão da imprensa oficial.



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTÁ - RR
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÃO – DLC/PMC

7.7. Não serão aceitas cópias ilegíveis, via fax, ou documentos com rasuras.

7.8. As documentações de habilitação apresentadas no certame, bem como as propostas de preços que tiverem seus envelopes descerrados, farão parte dos autos do processo administrativo pertinente a licitação deste Edital, e não serão devolvidos aos licitantes.

8. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO - ENVELOPE Nº 01

8.1. No local, data e horário indicados no subitem 1.1 e 1.4 deste Edital, os licitantes, por meio de seu titular ou procurador devidamente constituído, caso ainda não tenham protocolado os documentos previamente, deverão entregar ao(à) Pregoeiro ou à Equipe de Apoio os envelopes contendo a documentação exigida. Os **ENVELOPES Nº 01**, contendo os **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO** e as **declarações complementares**, deverão ser apresentados **lacrados, em envelope opaco, devidamente identificado**, com os seguintes dizeres na parte externa:

ENVELOPE Nº 01 - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

REMETENTE

(razão social da licitante)

(CNPJ da licitante)

(endereço da licitante)

DESTINATÁRIO

Departamento de Licitações e Contratação – DLC/PMC

PREGÃO PRESENCIAL Nº.: ____/2026

Data de Abertura: ____/____/2026

Horário: ____:____ horas (horário local)

8.2. Todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome do licitante, com o número do CNPJ e, preferencialmente, com endereço respectivo, devendo ser observado o seguinte:

8.2.1. Se o licitante for à **matriz**, todos os documentos deverão estar com o número do CNPJ da matriz, ou;

8.2.2. Se o licitante for à **filial**, todos os documentos deverão estar com o número do CNPJ da **filial**, exceto quanto à Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, por constar no corpo das certidões supra, serem válidas para matriz e filiais, assim como quanto ao Certificado de Regularidade do FGTS, quando o licitante tenha o recolhimento dos encargos centralizado, **devendo, desta forma, apresentar o documento comprobatório de autorização para a centralização**, ou:

8.2.3. Se o licitante for a **matriz** e o executor for a **filial**, os documentos deverão ser apresentados com o número de CNPJ da **matriz** e da **filial**, simultaneamente. A mesma situação fica configurada quando o licitante for a filial e o executor for a matriz, observando-se o disposto quanto à centralização de recolhimentos dos encargos;



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTÁ - RR
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÃO – DLC/PMC

8.2.4. Serão dispensados da apresentação de documentos com o número do CNPJ da **filial** aqueles documentos que, pela própria natureza, forem emitidos somente em nome da **matriz**.

8.3. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação dos documentos de habilitação e da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

8.4. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

8.5. No Envelope nº 01 “Documentos de Habilitação” em atendimento ao art. 62 ao 70 da Lei nº 14.133/2021, para efeito de habilitação, serão considerados os documentos relativos à:

8.5.1. Habilitação jurídica:

8.5.2. No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.5.3. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja autenticidade será verificada por meio do site oficial www.portaldoempreendedor.gov.br;

8.5.4. No caso de sociedade empresária ou sociedade limitada (incluindo as empresas anteriormente constituídas como EIRELI): ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório da representação legal;

8.5.5. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no registro da sede, no caso de participante sucursal, filial ou agência;

8.5.6. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local da sede, acompanhada de prova da indicação dos administradores;

8.5.7. Decreto de autorização, em se tratando de sociedade estrangeira em funcionamento no País;

8.5.8. No caso de exercício de atividade não abrangida pelos itens anteriores: ato de registro ou autorização para funcionamento, expedido pelo órgão competente;

8.5.9. No caso de sociedade cooperativa: ata de fundação, estatuto social em vigor e ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivados na Junta Comercial ou no RCPJ da sede, bem como o registro exigido pelo art. 107 da Lei nº 5.764/1971;

8.5.10. Os documentos deverão estar acompanhados de todas as alterações ou consolidação atualizada.

8.5.11. Das exigências complementares para sociedades cooperativas

8.5.11.1. Nos termos da Lei nº 5.764/1971, serão exigidos, ainda, das licitantes que se enquadrem como sociedades cooperativas, os seguintes documentos complementares:

a) A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21,



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTÁ - RR
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÃO – DLC/PMC

inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764/1971;

- b) A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;
- c) A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários ao objeto;
- d) O registro previsto na Lei n. 5.764/1971, art. 107;
- e) A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

8.5.11.2.Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

- a) Ata de fundação;
- b) Estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;
- c) Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;
- d) Editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;
- e) Três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou reuniões seccionais;
- f) Ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.5.11.3.A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764/1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

8.5.12. Regularidade fiscal, social e trabalhista:

8.5.12.1.Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso; atualizado, com data de emissão não superior a 60 (sessenta) dias;

8.5.12.2.Certidão negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União; devidamente atualizada;

8.5.12.3.Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); devidamente atualizada;

8.5.12.4.Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; devidamente atualizada;

8.5.12.5.Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal e/ou estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.5.12.6.Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre; devidamente atualizada;

8.5.12.7.Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre; devidamente atualizada;

8.5.12.8.Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal de Cantá/RR, para as licitantes que não tem sede no município, devem comparecer in loco ou na web tributos: <https://canta.saatri.com.br/Inicio>, vale ressaltar que para ativar o primeiro acesso no SAATRI



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTÁ - RR
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÃO – DLC/PMC

Cantá/RR, deverão comparecer na sala do Tributos de Tributos da Prefeitura Municipal de Cantá/RR, para protocolar o requerimento e demais providências; devidamente atualizada;

8.5.12.9.Caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

8.5.12.10. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

8.5.13. Qualificação Econômico-Financeira:

8.5.13.1.Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, ou liquidação judicial, ou de execução patrimonial, conforme o caso, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, ou de seu domicílio, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão, ou, na omissão desta, expedida a menos de 60 dias contados da data da sua apresentação;

8.5.13.2.Balanco Patrimonial e conjunto completo das demonstrações contábeis obrigatórias dos 2 (dois) últimos exercício sociais (art. 69 da Lei nº 14.133/2021), já exigível e apresentado na **forma da lei**, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, devendo vir acompanhado de cópia dos termos de abertura e encerramento do Livro Diário do qual foi extraído, contendo o número de registro da Junta Comercial ou Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas – RCPJ, bem como a identificação da assinatura do titular ou representante legal da empresa e do contador, acompanhado da Certidão de Regularidade Profissional devidamente válida na data do certame, emitida com finalidade: editais de licitação, expedida pelo Conselho Regional de Contabilidade. Os documentos referidos deste artigo limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) (Art. 69 §6º da Lei 14.133/21).

8.5.13.3.O conjunto completo das demonstrações contábeis obrigatórias compreende: Balanco Patrimonial; Demonstração do Resultado do Exercício. -DRE e Notas Explicativas.

8.5.13.4.Os documentos referidos no subitem anterior, limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

8.5.13.5.As empresas criadas no exercício financeiro da licitação, ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura, conforme artigo 65, §1º, da Lei nº 14.133/2021;

8.5.13.6.É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social;

8.5.13.7.Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

8.5.13.8.Comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTÁ - RR
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÃO – DLC/PMC

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

8.5.13.9. As empresas que apresentarem resultado inferior a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, o patrimônio líquido mínimo de 10 % (dez por cento) do valor estimado da contratação, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta de preços;

8.5.13.10. Os índices estabelecidos atendem ao disposto no art. 69, caput e §5º, da Lei 14.133/21, pois permitem a comprovação de uma avaliação mais precisa da situação financeira da empresa de forma objetiva, os mesmos foram estabelecidos observando percentuais usualmente adotados no mercado para a avaliação da situação financeira das empresas e não frustram ou restringem o caráter competitivo do certame, pois foram estabelecidos em patamares mínimos aceitáveis, com intuito de garantir a continuidade da execução dos serviços, objeto desta licitação.

8.5.13.11. Nos termos do **art. 69, §4º, da Lei nº 14.133/2021**, admite-se a exigência de **patrimônio líquido mínimo de até 10%** do valor estimado da contratação, desde que haja justificativa técnica vinculada à complexidade do objeto. Considerando que a realização dos eventos exige mobilização prévia de estruturas, logística operacional e capacidade financeira para suportar custos iniciais, é essencial garantir que a futura contratada possua condições econômico-financeiras suficientes para execução do serviço sem risco de interrupção.

8.5.13.12. O Tribunal de Contas da União, no Acórdão TCU nº 1.824/2017 – Plenário, reconhece expressamente que a exigência de patrimônio líquido mínimo é legal e compatível com o interesse público, desde que justificada e limitada ao percentual máximo de 10%.

8.5.13.13. Assim, a definição do patrimônio líquido mínimo em até 10% do valor estimado mostra-se proporcional e adequada, assegurando segurança jurídica e observância aos princípios da eficiência e da seleção da proposta mais vantajosa, conforme prevêm os arts. 5º e 11 da Lei nº 14.133/2021.

8.6. Qualificação Técnica:

8.6.1. Deverão ser observadas as exigências contidas no Termo de Referência, Anexo I deste Edital.



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTÁ - RR
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÃO – DLC/PMC

8.7. Declarações:

- a) Declaração, assinada pelo representante legal da licitante, da inexistência de fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, bem como sobre as ocorrências posteriores, conforme modelo constante no ANEXO V;
- b) Declaração, assinada pelo representante legal do licitante, de que não possui, em seu quadro de pessoal, empregado (s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e, não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7.º da Constituição Federal, conforme modelo constante do ANEXO VI deste Edital;
- c) Declaração que não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- d) Declaração, assinada pelo representante legal do licitante, de que os sócios, administradores, empregados e controladores da proponente não são servidores ou dirigentes do MUNICÍPIO DE CANTÁ ou responsável pela licitação, conforme modelo constante do ANEXO VII deste Edital.
- e) Declaração que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas. ANEXO VIII deste Edital
- f) Declaração que o licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
- g) Declaração que o fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021. Conforme modelo ANEXO VIII.
- h) Formulário fornecido pelo órgão licitante contendo todas as informações solicitadas, devidamente preenchidas e assinadas pelo representante legal, conforme modelo constante no ANEXO XI deste Edital. Cabe ressaltar que a apresentação do referido formulário não é de cunho obrigatório, porém é de responsabilidade do licitante a prestação das informações no momento da apresentação das propostas de preços.
- i) A falsidade da declaração de que trata os itens acima sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

8.8. Para as Declaração que não há um modelo pré-definido para o referido documento, permite-se que os licitantes utilizem sua própria formatação e estrutura, desde que todas as informações exigidas sejam claramente apresentadas.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

- 9.1. Encerrado o credenciamento, o Pregoeiro, realizará a abertura dos Envelopes nº 01 - Documentos de Habilitação e procederá a conferência e rubrica dos documentos.
- 9.2. Os documentos serão rubricados pelo Pregoeiro e pelos representantes das licitantes presentes à sessão, inclusive os fechados dos envelopes nº 02 – Proposta de Preços.



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTÁ - RR
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÃO – DLC/PMC

- 9.3. Encerrada a conferência, o Pregoeiro poderá suspender a sessão para análise da documentação, consignando em ata a nova data e horário para continuidade ou, se necessário, divulgando oportunamente tais informações, nos termos do subitem 19.2 deste Edital.
- 9.4. Concluída a análise técnica, o Pregoeiro julgará a fase de habilitação, com base nos critérios estabelecidos neste Edital, declarando as licitantes habilitadas ou inabilitadas.
- 9.5. Após decisão da habilitação/inabilitação, haverá prazo de manifestação de interesse de recurso, tendo em vista que somente após a conclusão da fase de julgamento das propostas, será aberta a fase recursal.
- 9.6. Após a divulgação do resultado da fase de habilitação, será concedido o prazo de até 24 (vinte e quatro) horas após a data da última publicação do comunicado correspondente, nos termos do subitem 19.2 deste Edital, para que a(s) licitante(s) apresentem manifestação de intenção de recorrer da decisão, mediante documento formalizado, que será juntado aos autos do processo. A manifestação deverá ser protocolada no Departamento de Licitações e Contratação – DLC, localizado na Rua Francisco Alves Gondim, S/N, bairro Antônio Chagas Pinto, Cantá – RR, de segunda a sexta-feira, no horário das 08h00 às 14h00, ou enviada por meio do endereço eletrônico: licitacaocanta@gmail.com, sob pena de preclusão.
- 9.7. As razões dos recursos e as contrarrazões serão apresentadas em momento único, após a lavratura da ata de julgamento das propostas de preços, nos termos e prazos estabelecidos na Item 16 – Dos Recursos, sendo vedada a reabertura de discussão sobre a fase de habilitação, salvo se decorrente de fato superveniente ou vício insanável.
- 9.8. Havendo licitantes inabilitados, os respectivos envelopes de propostas de preços serão devolvidos lacrados, desde que todos os interessados expressem formalmente a renúncia ao direito de interpor recurso contra a decisão de habilitação.
- 9.9. Após encerrada a fase de habilitação, não será admitida a exclusão de licitante por motivo relacionado a essa etapa, salvo nos casos de fato superveniente ou apenas conhecido após o julgamento.
- 9.10. Os documentos exigidos para fins de habilitação estão previstos nos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021 e no Termo de Referência, sendo vedada sua substituição por registro cadastral no SICAF.
- 9.11. Será exigida declaração de atendimento aos requisitos de habilitação (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021), e declaração de cumprimento da reserva legal de cargos para pessoas com deficiência e reabilitados da Previdência Social.
- 9.12. O licitante deverá apresentar declaração de que sua proposta abrange todos os custos relacionados à legislação trabalhista, convenções coletivas, normas infralegais e demais instrumentos vigentes na data de entrega das propostas.
- 9.13. Não será exigida vistoria técnica prévia obrigatória para participação no certame, considerando que os locais de execução dos serviços correspondem a espaços esportivos públicos usuais do Município de Cantá/RR, cujas condições são compatíveis com estruturas temporárias padrão utilizadas em eventos esportivos.
- 9.14. A vistoria técnica poderá ser realizada facultativamente pelos licitantes interessados, sob sua exclusiva responsabilidade, não constituindo requisito de habilitação.



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTÁ - RR
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÃO – DLC/PMC

9.15. A não realização da vistoria técnica não poderá ser alegada posteriormente como justificativa para descumprimento das obrigações contratuais, nem ensejar pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro decorrentes do desconhecimento das condições locais de execução do objeto.

9.16. Caso o licitante opte pela realização da vistoria técnica, esta deverá ocorrer até o último dia útil anterior à abertura da sessão pública, mediante agendamento prévio junto à Secretaria competente, sendo expedido atestado correspondente por servidor designado.

9.17. O representante da empresa deverá estar devidamente identificado, com documento oficial, no ato da visita técnica. A habilitação será verificada por meio do SICAF e dos documentos exigidos no edital. A comprovação mediante documentos originais não digitais somente será exigida em caso de dúvida quanto à integridade do documento digital ou quando a legislação assim o exigir.

9.18. É de responsabilidade do licitante manter atualizados seus dados cadastrais no SICAF. A não observância poderá ensejar inabilitação.

9.19. Os documentos poderão ser apresentados em original, cópia autenticada ou por qualquer meio admitido pela Administração, inclusive extração por servidor mediante conferência com os originais.

9.20. Documentos apresentados em língua estrangeira deverão ser acompanhados de tradução livre. Caso o licitante vencedor seja empresa estrangeira não estabelecida no país, os documentos deverão ser traduzidos por tradutor juramentado e apostilados, nos termos do Decreto nº 8.660/2016.

9.21. A Administração poderá verificar a autenticidade de documentos por meios eletrônicos oficiais. A exigência de documentos não constantes no SICAF recairá apenas sobre o licitante mais bem classificado.

9.22. Os documentos de regularidade fiscal serão exigidos somente após o julgamento das propostas e apenas do licitante mais bem classificado.

9.23. Não será permitida a substituição de documentos após sua apresentação, salvo para: i) complementação de informações de documentos já apresentados, para esclarecer fatos anteriores à abertura da sessão; e ii) atualização de documentos com validade vencida após a entrega da proposta (art. 64 da Lei nº 14.133/2021).

9.24. O Pregoeiro ou a Equipe de Apoio poderá sanar erros formais que não comprometam a validade jurídica ou a substância dos documentos, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes.

9.25. Caso o licitante mais bem classificado seja inabilitado, será convocado o licitante subsequente, observando-se a ordem de classificação até que se identifique proposta que atenda ao edital.

9.26. Serão disponibilizados ao público apenas os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital, após a conclusão da análise.

10. DA PROPOSTA DE PREÇO - ENVELOPE Nº. 02

10.1. Os ENVELOPES Nº 02, contendo a PROPOSTA DE PREÇOS e as declarações dos participantes na licitação, serão recebidos na sessão inaugural do certame, e deverão ser apresentados em



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTÁ - RR
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÃO – DLC/PMC

envelope opaco, fechado e lacrado, contendo na parte externa o seguinte texto:

ENVELOPE Nº 02 - PROPOSTA COMERCIAL

REMETENTE

(razão social da licitante)

(CNPJ da licitante)

(endereço da licitante)

DESTINATÁRIO

Departamento de Licitações e Contratação – DLC/PMC

PREGÃO PRESENCIAL Nº.: ____/2026

Data de Abertura: ____/____/2026

Horário: ____:____ horas (horário local)

10.2. A ausência dos dizeres na parte externa dos envelopes não constituirá motivo para desclassificação da licitante, fato que poderá ser regularizado na sessão.

10.3. Caso ocorra a abertura do ENVELOPE nº. 02 — PROPOSTA COMERCIAL antes do ENVELOPE nº. 01 – DOCUMENTAÇÃO por falta de informação na parte externa dos envelopes, tal envelope será novamente lacrado, sem análise de seu conteúdo, sendo rubricado o lacre pelo Pregoeiro.

10.4. O conteúdo das propostas é sigiloso até a abertura da sessão pública (art. 13, I da Lei nº 14.133/2021), sob pena de incursão no art. 337-J do Código Penal.

11. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA INICIAL

11.1. O licitante deverá apresentar sua proposta de forma presencial, em envelope lacrado, no local, dia e horário designados no preâmbulo deste Edital.

11.1.1. A proposta deverá conter:

- a) Valor unitário e valor total do lote;
- b) Elaboração com base nos quantitativos estimados e nas especificações constantes do Termo de Referência, sendo de inteira responsabilidade da licitante a veracidade das informações e a conformidade com o objeto;
- c) Indicação expressa se a licitante poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação – quando expressamente autorizado neste Edital;
- d) Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, com o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso, conforme art. 12, II, da Lei nº 14.133/2021.

11.2. Em caso de divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros. Em caso de divergência entre valores numéricos e valores por extenso, prevalecerão estes últimos.



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTÁ - RR
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÃO – DLC/PMC

11.3. A proposta deverá ser firme, precisa e estritamente limitada ao objeto deste Edital, sendo vedada a apresentação de alternativas de preços, condições diferenciadas ou quaisquer elementos que possibilitem interpretações ambíguas ou múltiplos resultados, sob pena de desclassificação (art. 17, §2º, da Lei nº 14.133/2021).

11.4. Como o critério de julgamento será o menor preço por lote, o licitante deverá obrigatoriamente cotar todos os itens que compõem o respectivo lote, sob pena de desclassificação (art. 33, I, da Lei nº 14.133/2021).

11.5. A licitante deverá obedecer rigorosamente aos termos deste Edital e de seus anexos. Em caso de divergência entre as especificações do Catálogo de Materiais e Serviços (CATMAT/CATSERV) e o Termo de Referência, prevalecerão as especificações do Termo de Referência.

Parágrafo único. Fica vedada a apresentação de descrições genéricas, imprecisas ou meramente reproduzidas do Termo de Referência, sob pena de desclassificação da proposta.

11.6. Todas as informações constantes da proposta vincularão a licitante para todos os fins.

11.7. Nos preços propostos deverão estar inclusos todos os custos operacionais, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributos, despesas administrativas e demais encargos incidentes direta ou indiretamente sobre a execução do objeto.

11.8. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial quanto nos lances verbais, serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não sendo admitida qualquer alteração posterior por alegação de erro ou omissão.

11.9. Caso o regime tributário da empresa implique recolhimentos variáveis, deverá ser considerada, para a cotação, a média dos tributos efetivamente recolhidos nos últimos doze meses.

11.10. Independentemente do percentual de tributo considerado na planilha da proposta, serão aplicadas as retenções legais previstas na legislação vigente.

11.11. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte poderão usufruir dos benefícios previstos no Estatuto da MPE e na legislação correlata, inclusive quanto ao Simples Nacional, conforme o caso.

11.12. A apresentação da proposta implica o compromisso da licitante com o fiel cumprimento das condições ofertadas, bem como o fornecimento de todas os insumos e apoio logístico necessário à execução do objeto, com qualidade e em conformidade com as exigências do Termo de Referência.

11.13. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias corridos, contados da data da sua apresentação.

11.14. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas e nos limites definidos no Termo de Referência.

11.15. Caso o critério de julgamento seja menor preço, os valores ofertados deverão respeitar os preços máximos definidos no Termo de Referência.

11.16. Caso o critério de julgamento seja maior desconto, o valor final após aplicação do desconto deverá respeitar o limite máximo previsto no Termo de Referência.



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTÁ - RR
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÃO – DLC/PMC

11.17. O descumprimento das condições deste item poderá ensejar responsabilização administrativa, cível e penal, inclusive com aplicação das medidas previstas no art. 71, inciso IX, da Constituição Federal, em caso de dano ao erário.

11.18. A proposta deverá ser apresentada conforme o modelo do ANEXO X – Modelo de Proposta de Preço, com as seguintes exigências:

- a) Impressa em papel timbrado da empresa ou com carimbo identificador, redigida preferencialmente em fonte mínima 11, em língua portuguesa, datada, assinada na última folha e rubricada nas demais;
- b) Conter CNPJ, razão social, endereço, telefone, e-mail, número do processo, número do prego, data e horário da sessão pública;
- c) Indicar o prazo de validade da proposta (mínimo de 90 dias corridos);
- d) Informar os dados bancários (banco, agência, conta corrente);
- e) Apresentar preços com 2 (duas) casas decimais após a vírgula, e valor total do lote em algarismos e por extenso, conforme quantitativos do Termo de Referência.

11.19. Todas as especificações do objeto constantes da proposta vincularão a licitante para todos os efeitos legais.

11.20. A apresentação da proposta implica plena aceitação das condições previstas neste edital e seus anexos, vinculando o proponente ao cumprimento integral do objeto licitado.

11.21. O descumprimento das regras aqui estabelecidas poderá gerar consequências legais e responsabilização perante os órgãos de controle, inclusive com aplicação das penalidades cabíveis à Administração e à empresa contratada.

11.22. O não atendimento das exigências contidas neste item e no Termo de Referência poderá ensejar a desclassificação da proposta, observado o devido contraditório e ampla defesa, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

12. DA ABERTURA DA SESSÃO, FORMULAÇÃO DE LANCES, CLASSIFICAÇÃO E VERIFICAÇÃO DA CONFORMIDADE DAS PROPOSTAS

12.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública. Após a fase de credenciamento, o Pregoeiro procederá à abertura do Envelope nº 01 – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO, realizando o exame de conformidade dos documentos apresentados com os requisitos exigidos no Edital, observando os aspectos jurídicos, fiscais, trabalhistas, técnicos e demais condições necessárias à habilitação do licitante, conforme previsto nas cláusulas pertinentes e no art. 62 da Lei nº 14.133/2021.

12.2. Encerrada a análise da documentação de habilitação, será lavrada ata circunstanciada da sessão, assinada pelo Pregoeiro, equipe de apoio e representantes das licitantes.

12.3. Encerrado o prazo para manifestação de intenção de recorrer da decisão de habilitação, o Pregoeiro comunicará, seguirá para abertura dos envelopes de PROPOSTA DE PREÇOS das licitantes habilitadas e início da etapa de lances.

12.4. Os conteúdos dos envelopes de propostas serão conferidos e rubricados pelo Pregoeiro e pelos representantes das licitantes presentes à sessão.



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTÁ - RR
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÃO – DLC/PMC

12.5. O Pregoeiro poderá suspender a sessão antes da etapa de lances para submeter as propostas à análise, verificando sua conformidade com os critérios previstos no edital e Termo de Referência.

12.6. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública; após a fase de credenciamento, o Pregoeiro, abrirá os Envelopes e, posteriormente procederá, o exame de conformidade das Propostas apresentadas com os requisitos do Edital, levando-se em consideração as quantidades, unidades e as especificações do objeto licitado.

12.7. O exame de conformidade das propostas seguirá os seguintes critérios:

- a) Todas as propostas serão analisadas quanto à aderência técnica e formal ao edital e seus anexos;
- b) Somente as propostas classificadas no exame preliminar participarão da fase de lances verbais; as demais serão desclassificadas.

12.8. Não serão aceitas Propostas de Preços que apresentarem preços globais ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos, acrescidos dos respectivos encargos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie formalmente à parcela ou à totalidade da remuneração.

12.9. Os erros formais ou materiais que puderem ser sanados em sessão, sem alteração do valor final da proposta, não ensejarão em desclassificação da Proposta comercial.

12.10. Somente depois dessa análise preliminar da conformidade das propostas, será aberta a fase de lances verbais, na qual competirão apenas o(s) licitante(s) classificado(s) no exame, os demais estarão desclassificados para as fases posteriores.

12.11. A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada em Ata.

12.12. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

12.13. Aberta a etapa de lances VERBAIS:

- a) Para exercer os direitos de ofertar lances é obrigatória a licitante fazer-se representar em todas as sessões públicas referentes à licitação;
- b) O Pregoeiro, informará a classificação das PROPOSTAS COMERCIAIS iniciais, em ordem decrescente, convocará as licitantes que apresentaram as melhores propostas e que estiverem de acordo com as cláusulas editalícias para a apresentação de lances verbais sucessivos;
- c) O Pregoeiro convocará individual e sucessivamente os licitantes, a partir do autor da proposta menos vantajosa, seguido dos demais, de forma sequencial, a apresentar lance verbal, inferior ao menor de todos os lances já ofertados, respeitando-se o intervalo mínimo de diferença de valores, em relação ao menor lance ofertado, de **R\$ 0,01 (um) centavo** do valor da proposta inicial mais vantajosa;
- d) **O lance deverá ser ofertado pelo menor preço global (lote);**
- e) Alegações posteriores não serão aceitas, caso o licitante não efetue lances;
- f) A desistência do licitante em apresentar lances verbais, quando convocado, implicará na sua exclusão da etapa de lances verbais e a manutenção do último preço por ele apresentado;
- g) Não será admitida a apresentação de lances intermediários durante a disputa aberta até que



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTÁ - RR
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÃO – DLC/PMC

se encontre a proposta de menor preço. São considerados intermediários os lances iguais ou superiores ao menor já ofertado, mas, inferiores ao último lance dado pelo próprio licitante.

h) Caso não se realizem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço escrita e o valor estimado pelo setor competente.

12.14. Será adotado o **modo de disputa “aberto”**, nos termos do art. 56 da Lei nº 14.133/2021, no qual os licitantes apresentarão **lances públicos e sucessivos**, de forma presencial.

12.15. Os lances verbais serão ofertados pelos representantes devidamente credenciados, observando-se os intervalos mínimos entre lances, conforme orientações do Pregoeiro durante a sessão.

12.16. A cada novo lance ofertado, será automaticamente prorrogado o tempo de disputa. Caso não haja novos lances após a última oferta registrada, o Pregoeiro encerrará a fase competitiva.

12.17. Encerrada a etapa de lances, o Pregoeiro ordenará as propostas em ordem crescente de valores, e verificará a ocorrência de empate nos termos da Lei Complementar nº 123/2006.

12.18. Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado.

12.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta inicial.

12.20. Aplicam-se as regras de desempate previstas nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006 e no Decreto nº 8.538/2015, observando-se:

a) Serão consideradas empatadas as propostas das microempresas e empresas de pequeno porte que estiverem **até 5% (cinco por cento)** acima da proposta de menor preço apresentada por empresa que não detenha tal condição;

b) Nessa hipótese, a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada será convocada para apresentar **última oferta de preço inferior à da primeira colocada**, no prazo de **5 (cinco) minutos**, contados da convocação;

c) Se não houver manifestação no prazo, serão convocadas, **na ordem de classificação**, as demais microempresas e empresas de pequeno porte remanescentes que se encontrem na faixa de empate, para exercício do mesmo direito;

d) Na ocorrência de equivalência de valores entre MEs/EPPs empatadas, será realizado **sorteio** para definição da ordem de preferência.

12.21. Após aplicação do desempate, será declarada a proposta mais vantajosa, prosseguindo-se à fase de negociação, se for o caso.

12.22. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

a) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

b) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTÁ - RR
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÃO – DLC/PMC

- c) desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- d) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle;
- e) Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- f) empresas estabelecidas no território do Estado em que este se localize;
- g) empresas brasileiras;
- h) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- i) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

12.23. Persistindo o empate, o critério de desempate será o sorteio, registrado em ata.

12.24. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

12.25. A negociação será realizada na forma presencial, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

12.26. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

12.27. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo **de 24 (vinte e quatro) horas, envie a proposta física adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada**, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

12.28. Havendo apenas uma proposta, desde que atenda a todas as condições do edital e esteja compatível com o valor estimado pelo órgão, esta poderá ser aceita, devendo o pregoeiro negociar, visando obter menor preço.

13. DA GARANTIA DA PROPOSTA (REQUISITO DE PRÉ-HABILITAÇÃO)

13.1. Nos termos do art. 58, caput e § 1º, da Lei nº 14.133/2021, será exigida, como requisito de participação (**pré-habilitação**), a garantia de proposta correspondente a 1% (um por cento) do valor estimado da licitação por lote.

13.2. A garantia de proposta poderá ser prestada em qualquer das modalidades previstas no § 1º do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, a critério exclusivo do licitante.

13.3. A garantia de proposta deverá ser apresentada por todos os licitantes **já emitida previamente à sessão pública de abertura**, devendo comprovar o recolhimento de quantia a título de garantia de proposta, como requisito de pré-habilitação. A exigência visa assegurar o compromisso do licitante com as condições da proposta apresentada, conforme dispõe o art. 58, § 1º, da Lei nº 14.133/2021.

13.4. Para fins de conferência, validação e verificação prévia (requisito de pré-habilitação) da regularidade da garantia apresentada, o comprovante do recolhimento da quantia ou o documento



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTÁ - RR
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÃO – DLC/PMC

correspondente à modalidade de garantia escolhida deverá ser encaminhado, obrigatoriamente, antes do início da sessão pública da licitação, exclusivamente para o endereço eletrônico: licitacaocanta@gmail.com, assegurado o sigilo dos participantes da licitação, pela Administração.

13.5. O Pregoeiro acusará o recebimento e manifestará a aceitação ou rejeição da garantia encaminhada, por meio do mesmo endereço eletrônico.

13.6. Município não se responsabilizará por documentos enviados para endereço eletrônico diverso do indicado neste edital, nem por aqueles remetidos após o horário de abertura da sessão pública.

13.7. não comprovação do recolhimento da garantia de proposta, seu envio fora do prazo estabelecido ou sua rejeição impedirá a análise da proposta e a participação do licitante no certame, por inobservância do requisito de pré-habilitação, nos termos do art. 58 da Lei nº 14.133/2021

13.8. **Será rejeitada** a comprovação do recolhimento da garantia de proposta que não atender as regras estabelecidas neste edital, bem como serão rejeitadas automaticamente aquelas que forem apresentadas **posteriormente** à abertura do certame.

13.9. Após a manifestação do Pregoeiro quanto à aceitação da garantia encaminhada, o licitante será considerado **pré-habilitado**, ficando apto a participar das demais fases da licitação.

13.10. A não comprovação do recolhimento da garantia de proposta ou sua rejeição, implicará a **desclassificação da proposta** e impedirá a análise da proposta do licitante e consequentemente sua participação no certame, pelo não atendimento do requisito de pré-habilitação. Caberá ao licitante optar por uma das modalidades de garantia previstas no art. 96, § 1º da Lei nº 14.133/2021.

13.11. Quando a modalidade escolhida for caução em dinheiro, o valor correspondente deverá ser depositado ou transferido, até a data e horário de abertura da sessão pública, em favor da Prefeitura Municipal de Cantá, CNPJ: 01.612.682/0001-56, na conta: Banco do Brasil (001); Agência: 3797-4; Conta Corrente: 8359-3.

13.12. O comprovante da caução deverá conter a razão social atualizada da empresa, conforme o último contrato social ou alteração contratual, e o CNPJ, para garantir a correta identificação da garantia vinculada ao processo licitatório.

13.13. Na hipótese de o respectivo comprovante bancário apresentar inconsistência ou impossibilitar a identificação do depósito, a proposta será desclassificada.

13.14. Quando a garantia da proposta for prestada por meio de **seguro garantia ou fiança bancária**, cuja contratação envolva emissão de boleto bancário, será **obrigatória** a apresentação, junto com a apólice ou carta de fiança, **do comprovante de pagamento do boleto correspondente**.

13.15. ausência do comprovante de pagamento ou sua apresentação com inconsistências acarretará a desclassificação da proposta por descumprimento do requisito de pré-habilitação.

13.16. A apólice de seguro garantia ou a carta de fiança bancária deverá:

- a) Estar acompanhada de Certidão de Regularidade da SUSEP (no caso do seguro);
- b) Não conter cláusulas que dificultem ou impeçam a execução da garantia;
- c) Indicar expressamente a Prefeitura Municipal de Cantá como beneficiária ou segurada.

13.17. **Da devolução da garantia de proposta**



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTÁ - RR
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÃO – DLC/PMC

13.17.1. A garantia de proposta será devolvida aos licitantes que participaram regularmente do certame **no prazo de até 10 (dez) dias úteis**, contados da **assinatura do contrato** ou da **data da declaração de fracasso da licitação**, mediante **solicitação formal** do interessado.

13.17.2. Na hipótese de **revogação ou anulação** do certame, o prazo do caput contará da **publicação da decisão final** no processo.

13.17.3. A solicitação deverá ser encaminhada à Secretaria Municipal de Planejamento, Administração e Finanças – SEMPLAF, exclusivamente por e-mail para cantasemplaf@gmail.com, contendo, **obrigatoriamente**:

I - **identificação do licitante**: razão social e CNPJ;

II- **dados do certame**: modalidade, número do edital, número do processo administrativo, item e data da sessão;

III- **comprovante do depósito da garantia** (cópia anexada), com indicação do **valor** e da **modalidade** da garantia;

IV- **dados bancários para restituição** (banco, agência, conta e titularidade em nome do **mesmo CNPJ** do licitante);

V- **pessoa de contato** (nome, telefone e e-mail).

13.17.4. A restituição será realizada **exclusivamente ao mesmo CNPJ** que efetuou o depósito, por **transferência bancária**, sendo **vedada a cessão** a terceiros.

13.18. Implicará a execução integral do valor da garantia de proposta a recusa injustificada do licitante adjudicatário em assinar o contrato ou a não apresentação tempestiva da documentação exigida para a formalização da contratação.

13.19. O Município não se responsabilizará por depósitos ou transferências bancárias efetuadas em contas diversas ou garantias prestadas fora das modalidades e condições previstas neste edital.

14. DA FASE DE JULGAMENTO

14.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro e Equipe de Apoio verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) **SICAF**;

b) **Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP**, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep>); e.

14.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

14.2.1. A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no **CPF do sócio majoritário da empresa licitante**, se houver, por força do art. 12 da citada lei.



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTÁ - RR
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÃO – DLC/PMC

14.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, *caput*).

14.4. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

14.5. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

14.6. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

14.7. **A consulta Situação do Fornecedor não dispensa o licitante de apresentar toda a documentação exigida (Habilitação Fiscal e Trabalhista, Qualificação econômico-financeira e Qualificação Técnica).**

14.8. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro/ Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

14.8.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

14.9. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

14.10. **Será desclassificada a proposta vencedora que:**

14.10.1. conter vícios insanáveis;

14.10.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

14.10.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

14.10.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

14.10.5. não apresentar **a exigência de garantia da proposta**, nos termos do art. 58 da Lei nº 14.133/2021;

14.10.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

14.11. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

14.11.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

14.11.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

14.11.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTÁ - RR
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÃO – DLC/PMC

14.12. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

14.13. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

14.14. A Planilha de Custos e Formação de Preços deverá ser encaminhada pelo licitante exclusivamente via E-mail ou Presencialmente, contado da solicitação do pregoeiro, com os respectivos valores readequados ao lance vencedor, e será analisada pelo Pregoeiro no momento da aceitação do lance vencedor.

14.15. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo

14.16. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

14.16.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

14.16.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

14.17. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

14.18. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata

14.19. O Pregoeiro analisará a compatibilidade dos preços unitários apresentados na Planilha de Custos e Formação de Preços com aqueles praticados no mercado local em relação aos insumos e também quanto aos salários das categorias envolvidas na contratação;

14.20. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

14.21. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

15. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

15.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTÁ - RR
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÃO – DLC/PMC

15.2. O Contrato decorrente desta Licitação, bem como de suas alterações, ficará subordinado às normas da Lei Federal nº 14.133/2021. As obrigações decorrentes desta Licitação constarão de Contrato a ser firmado entre a proponente vencedora e o MUNICÍPIO DE CANTÁ.

15.3. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

15.4. Alternativamente à convocação presencial, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 5 (cinco) dias úteis; c) utilizar outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

15.5. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

15.5.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

15.5.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

15.5.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

15.6. Os prazos dos itens 16.3 e 16.4 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

15.7. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

15.8. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

16. DOS RECURSOS

16.1. A interposição de recurso referente aos atos da Administração decorrentes da aplicação da Lei nº 14.133/2021, no prazo de 03 (três) dias, contado da data da intimação ou lavratura da ata, observado o art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021, em face de:

- a) ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;
- b) ato de habilitação ou inabilitação de licitante;
- c) julgamento das propostas;
- d) anulação ou revogação da licitação;
- e) extinção do contrato, quando determinada por ato unilateral e escrito da Administração.

16.2. Serão considerados desde logo intimados os licitantes cujos representantes credenciados estiverem presentes na sessão pública em que o resultado for proclamado pelo Pregoeiro, hipótese



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTÁ - RR
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÃO – DLC/PMC

em que a intimação constará da respectiva Ata.

16.3. Quando o recurso impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

16.3.1. O prazo para manifestação da intenção de recorrer será de até 24 (vinte e quatro) horas ou da manifestação imediata na sessão pública da comunicação da decisão do pregoeiro.

16.3.2. O Pregoeiro verificará apenas a admissibilidade do recurso.

16.3.3. O prazo para apresentação das razões recursais inicia-se na data da intimação da ata de julgamento ou da publicação.

16.3.4 Na hipótese de inversão de fases, prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133/2021, aplica-se o mesmo prazo da intimação da ata ou da publicação.

16.4. A intenção de recorrer deverá ser manifestada nos prazos estabelecidos deste edital, sob pena de preclusão. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou da publicação conforme previsto nos subitens 16.3.3.

16.5. As razões do(s) recurso(s) e contrarrazão(ões) serão apresentadas em momento único, e somente após a lavratura da ata de julgamento da(s) proposta(s) de preços, nos termos e prazos indicados no item 16 (Dos Recursos) deste Edital.

16.6. Ou seja, as razões recursais só serão apresentadas ao final do julgamento das propostas, sendo que nesse momento só caberá às licitantes manifestação quanto a intenção de recorrer.

16.7. Será admitido o encaminhamento de recurso administrativo por meio de e-mail.

16.8. Os recursos deverão ser protocolados diretamente no Departamento de Licitações e Contratação – DLC, localizado na Rua Francisco Alves Gondim, S/N, bairro Antônio Chagas Pinto, Cantá – RR, ou encaminhados por meio do e-mail: licitacaocanta@gmail.com, no horário das 08h00min às 14h00min.

16.9. O recurso será dirigido ao responsável pela condução do edital, que poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis ou encaminhá-lo à autoridade superior, que deverá decidir no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos, conforme § 2º do art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

16.10. A interposição do recurso será comunicada aos demais licitantes através do e-mail indicado no credenciamento. Após o término do período de razões, os demais poderão apresentar contrarrazões no prazo de 3 (três) dias úteis.

16.11. O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do(s) recurso(s) e terá início na data do comunicado descrito no subitem anterior ou imediatamente após o término do prazo recursal.

16.12. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou decisão recorrida até decisão final da autoridade competente, conforme art. 168 da Lei nº 14.133/2021.

16.13. Quando o Pregoeiro mantiver sua decisão, esta deverá ser submetida à Autoridade competente, nesse caso, autoridade superior competente do Município de Cantá/RR, conforme designação interna, para decisão sobre os atos.

16.14. O acolhimento do recurso invalida apenas os atos insuscetíveis de aproveitamento.

16.15. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados mediante



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTÁ - RR
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÃO – DLC/PMC

solicitação.

16.16. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos, a autoridade competente prosseguirá com os atos seguintes ou finais do procedimento licitatório.

16.17. Não serão conhecidos os recursos intempestivos ou que estiverem desacompanhados das respectivas razões de fato e de direito.

16.18. No caso de não apresentação das razões recursais, será desconsiderado o prazo para apresentação de contrarrazões.

17. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:

17.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

17.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

17.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

17.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

17.2.1. A convocação se dará por meio do Diário Oficial utilizados em publicações pelo município ou e-mail de acordo com a fase do procedimento licitatório.

17.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos na proposta do licitante, sendo de inteira responsabilidade do licitante informar seus dados corretos na proposta de preços.

18. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

18.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

18.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Comissão durante o certame.

18.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

18.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

18.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

18.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva.

18.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

18.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

18.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTÁ - RR
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÃO – DLC/PMC

18.1.6. fraudar a licitação;

18.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

18.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

18.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento.

18.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

18.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013;

18.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

18.2.1. advertência;

18.2.2. multa;

18.2.3. impedimento de licitar e contratar; e

18.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

18.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

18.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

18.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

18.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

18.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

18.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

18.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

18.4.1. Para as infrações previstas nos itens 18.1.1, 18.1.2 e 19.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

18.4.2. Para as infrações previstas nos itens 18.1.4, 18.1.5, 18.1.6, 18.1.7, 18.1.8 e 18.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

18.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

18.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTÁ - RR
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÃO – DLC/PMC

18.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 18.1.1, 18.1.2 e 18.1.2.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

18.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 18.1.5, 18.1.6, 18.1.16, 18.1.87 e 19.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 18.1.1, 18.1.2 e 18.1.2.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

18.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 18.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

18.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

18.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

18.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

18.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

18.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTÁ - RR
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÃO – DLC/PMC

18.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

18.16. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

19. DA CONSULTA, IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

19.1. As empresas e/ou representantes que adquirirem o instrumento convocatório e tiverem interesse em participar do certame obrigam-se a acompanhar, por sua exclusiva responsabilidade, as publicações e o andamento do processo licitatório, inclusive quanto a eventuais alterações, avisos, esclarecimentos ou retificações, nos meios de divulgação utilizados pela Administração.

19.2. As publicações **poderão ocorrer, conforme o caso**, no Diário Oficial da União (DOU), no Diário Oficial do Estado de Roraima (DOE), no Diário Oficial dos Municípios de Roraima (DOM), no site oficial da Prefeitura Municipal de Cantá-RR e, quando for o caso, em jornal de grande circulação local, como a Folha de Boa Vista (<https://www.folhabv.com.br>).

19.3. A Administração poderá, justificadamente, deixar de publicar em um ou mais dos meios acima citados, conforme a natureza e o valor da contratação, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis, sem que isso gere direito à alegação de desconhecimento por parte dos interessados.

19.4. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

19.5. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

19.6. A impugnação ao edital e os pedidos de esclarecimentos poderão ser apresentados por meio eletrônico, pelo e-mail institucional do Departamento de Licitações e Contratação: licitacaocanta@gmail.com, ou de forma presencial, no endereço informado neste Edital, no horário das 08h00min às 14h00min, de segunda a sexta-feira, observado o prazo legal.

19.6.1. Em ambos os casos, o interessado deverá informar seus dados cadastrais completos, incluindo razão social, CNPJ, nome do representante legal, telefone e e-mail de contato, além da devida identificação do processo a que se refere a manifestação.

19.6.2. As impugnações e pedidos de esclarecimentos serão recebidos e processados conforme o disposto no art. 164 da Lei nº 14.133/2021, observando-se o prazo mínimo de 3 (três) dias úteis antes da data de abertura da sessão pública.

19.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

19.8. Quando o pedido de impugnação ou de esclarecimento se tratar especificamente de temas alheios a competência da DLC/PMC/RR, ou seja, temas quanto as especificações técnicas ou vinculados ao termo de referência, este poderá encaminhar o referido pedido ao órgão de origem



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTÁ - RR
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÃO – DLC/PMC

para que o mesmo se pronuncie acerca do questionamento, cabendo ao órgão respondê-lo no prazo preestabelecido. Caso não o faça, o certame será adiado *Sine-Die*, até que os questionamentos sejam sanados;

19.9. O Município não se responsabilizará pelas impugnações e pedidos de esclarecimentos que forem apresentados em endereços diversos dos indicados nos subitens acima, e que por esta razão não foram apresentados dentro do prazo legal.

19.10. Acolhida a impugnação ao edital que resulte na necessidade de alteração do conteúdo do instrumento convocatório, será definida e publicada nova data para a realização do certame, nos termos do art. 54, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

19.11. As retificações do edital, sejam de ofício ou decorrentes de impugnações procedentes, serão divulgadas pelos mesmos meios utilizados para a publicação do texto original.

19.12. Será reaberto o prazo inicialmente estabelecido para apresentação das propostas e demais fases do certame, exceto quando, de forma inquestionável e devidamente fundamentada, a alteração promovida não afetar a formulação das propostas pelos licitantes.

20. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

20.1. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

20.2. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

20.3. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

20.4. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

20.5. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

20.6. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

20.7. Fica eleito o foro da Comarca do Município de Boa Vista, Roraima, para dirimir litígios resultantes deste Instrumento Convocatório.

20.8. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- I. Termo de Referência;
- II. Modelo de Termo de Credenciamento;
- III. Modelo de Procuração;
- IV. Modelo de Capacidade Econômico-financeira;
- V. Modelo de declaração de inexistência do fato impeditivo;
- VI. Modelo de declaração de não emprego de menor;



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTÁ - RR
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÃO – DLC/PMC

- VII. Modelo de declaração de trabalho de empregado sem vínculo com o MUNICÍPIO DE CANTÁ e Responsável pela licitação;
- VIII. Declaração de Que Cumpre as Exigências de Reserva de Cargo;
- IX. Modelo de Proposta;
- X. Modelo de declaração que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos;
- XI. Informações para Formalização do Contrato;
- XII. Minuta de Contrato;
- XIII. Comprovante Retirada de Edital.

Cantá/RR, 29 de abril de 2026.

RAQUEL CORREIA NASCIMENTO
Assessor Especial I
Decreto nº 050/2025



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTÁ - RR
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÃO – DLC/PMC

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE REFERÊNCIA

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE, TURISMO E LAZER.

CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 Constitui objeto do presente Termo de Referência a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXECUÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS, VISANDO À PRODUÇÃO, ORGANIZAÇÃO, COORDENAÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DE CAMPEONATOS DE FUTEBOL SOCIETY, COM FORNECIMENTO DE INFRAESTRUTURA E MATERIAIS, PARA ATENDER ÀS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER DO MUNICÍPIO DE CANTÁ/RR**, conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

1.2 A execução da contratação ocorrerá por escopo específico, vinculada à realização dos campeonatos esportivos municipais previstos no calendário institucional da Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer, com realização nas comunidades da sede municipal, vilas e comunidades indígenas do Município de Cantá/RR.

1.3 O objeto da contratação compreende o fornecimento de bens e a prestação de serviços comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021.

1.4 O objeto desta contratação não se enquadra como bem ou serviço de luxo, nos termos do Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.5 O prazo de vigência contratual será compatível com o cronograma de execução dos campeonatos esportivos municipais, caracterizando-se como contratação por escopo específico, não se configurando como prestação de serviço continuado, observando-se o disposto nos arts. 6º, inciso XXIII, e 105 da Lei nº 14.133/2021.

1.6 O objeto da contratação encontra-se estruturado em categorias técnicas distintas correspondentes aos lotes da contratação, observando-se a segmentação do mercado fornecedor, a natureza da despesa e a vinculação às metas das emendas parlamentares que financiam a execução do objeto.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UND
LOTE I – MATERIAL ESPORTIVO DO CAMPEONATO			
1	BOLA OFICIAL PARA FUTEBOL SOCIETY: Material poliuretano; tamanho nº 04; peso cheia entre 410 e 450 g; pressão de 8 a 10 lb; circunferência entre 68 e 70 cm.	60	UND
2	REDES PARA TRAVES: confeccionadas em polietileno de alta resistência, com malha de 15 mm e tratamento UV, garantindo maior durabilidade e resistência às intempéries. Possuem dimensões de 5,00 m de largura x 2,20 m de altura x 1,50 m de comprimento (profundidade), sendo adequadas para uso em partidas esportivas e treinamentos.	30	PAR



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTÁ - RR
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÃO – DLC/PMC

3	MEIÃO DE FUTEBOL PROFISSIONAL: Com Elástico no Tornozelo e Elástico Especial na Borda Superior, Molde do Calcanhar, Pé Atoalhado. Composição: 66% Poliamida, 17% Algodão, 11% Elastodieno e 6% Poliéster. Tamanho 39 a 44.	1.824	PAR
4	UNIFORME PARA AS EQUIPES (CAMISA E CALÇÃO): Uniforme esportivo tipo kit, composto por 01 (uma) camisa de manga curta e 01 (um) calção, confeccionados em tecido 100% poliéster com sublimação total, com costuras reforçadas; camisa com gola simples e mangas com acabamento reforçado; calção com cós elástico e cordão interno para ajuste, sem bolsos. Disponível nos tamanhos P, M, G e GG. Considerando a participação de diversas equipes no campeonato, cada uma possuindo identidade visual própria, deverá ser prevista a confecção de artes individualizadas para cada equipe. As peças deverão respeitar o layout específico de cada time, conforme os modelos que serão disponibilizados pela Secretaria.	1.824	CONJUNTO
5	JOGO DE COLETES: Poliéster, Modelo Aberto Lateralmente É Preso Por Elástico, Tamanho: Variados Uso: Esportivo Características Adicionais: Sem Bolso, com 10 unidades	183	JG
6	CHUTEIRAS: Sintético, Tipo: Futebol, Tipo de Trava Fixa , Tamanho , 36 ao 41	1.824	PAR
7	CANELEIRA: Polipropileno, Tipo Regulável, Características Adicionais : Revestimento Interno Em Eva, Uso: Prática Esportiva	1.824	PAR
LOTE II – PREMIAÇÃO ESPORTIVA			
8	TROFÉU 80CM: confeccionado em polipropileno, com altura de 80 cm, dotado de base quadrada com tampa, destinado a premiações de honra ao mérito, garantindo resistência, durabilidade e apresentação adequada para solenidades e eventos esportivos ou institucionais.	4	UND
9	TROFÉU 60CM: confeccionado em polipropileno, com altura de 60 cm, dotado de base quadrada com tampa, destinado a premiações de honra ao mérito, garantindo resistência, durabilidade e apresentação adequada para solenidades e eventos esportivos ou institucionais.	4	UND
10	TROFÉU 50CM: confeccionado em polipropileno, com altura de 50 cm, dotado de base quadrada com tampa, desenvolvido conforme o modelo solicitado, destinado a premiações de honra ao mérito, garantindo resistência, durabilidade e apresentação adequada para solenidades e eventos esportivos ou institucionais.	4	UND
11	MEDALHAS REDONDA FUNDIDA EM LIGA METÁLICA DE ZAMAC - BRONZE com 65mm de diâmetro espessura máxima de 2,5mm. Metalizada na cor BRONZE Suporte de fita com 2,5 cm de largura. A medalha pode vir acompanhada de fita de cetim nas cores, azul, amarela ou branca ou fita de gorgorão nas cores azul, amarela ou branca. Medalha na cor bronze.	108	UND
12	MEDALHAS REDONDA FUNDIDA EM LIGA METÁLICA DE ZAMAC - PRATA com 65mm de diâmetro espessura máxima de 2,5mm. Metalizada na cor PRATA. Suporte de fita com 2,5 cm de largura. A medalha pode vir	108	UND



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTÁ - RR
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÃO – DLC/PMC

	acompanhada de fita de cetim nas cores, azul, amarela ou branca ou fita de gorgorão nas cores azul, amarela ou branca. Medalha na cor prata.		
13	MEDALHAS REDONDA FUNDIDA EM LIGA METÁLICA DE ZAMAC - DOURADO com 65mm de diâmetro espessura máxima de 2,5mm. Metalizada na cor DOURADA. Suporte de fita com 2,5 cm de largura. A medalha pode vir acompanhada de fita de cetim nas cores, azul, amarela ou branca ou fita de gorgorão nas cores azul, amarela ou branca. Medalha na cor dourado.	108	UND
14	FAIXA DE CETIM PARA MUSA DO CAMPEONATO: confeccionada em cetim, medindo aproximadamente 2,00 m (aberta) ou 1,00 m quando dobrada para uso transversal, com 15 cm de largura. Deverá possuir bordado personalizado frontal em até 2 cores (branco, amarelo) com texto conforme layout a ser fornecido pela Secretaria Municipal. Acompanha roseta em cetim com diâmetro aproximado de 10 a 12 cm, podendo conter logomarca institucional, com fixação por alfinete ou broche, e acabamento com franja ou costura reforçada nas extremidades nas cores azul, amarelo e branco.	3	UND
15	TROFÉU “CRAQUE DO CAMPEONATO” – FORMATO BOLA (PERSONALIZADO): Troféu personalizado “Craque do Campeonato”, confeccionado com estrutura principal em vidro temperado, acabamento dourado , com elemento superior em formato de bola de futebol estilizada, fixado sobre base rígida. Altura mínima: 30 cm. Com placa metálica personalizada. Personalização: inclusão de nome do campeonato; categoria da premiação (“Craque do Campeonato”). Arte/layout: de responsabilidade da contratada, mediante aprovação prévia da Secretaria requisitante antes da fabricação. Acabamento: superfície lisa; sem rebarbas; sem defeitos de pintura; com gravação permanente (laser, UV ou metal fotocorrosão). Embalagem individual protetiva inclusa.	3	UND
16	TROFÉU “MELHOR ARTILHEIRO” – FORMATO CHUTEIRA (PERSONALIZADO): Troféu personalizado “Melhor Artilheiro do Campeonato”, confeccionado com estrutura principal em vidro temperado, acabamento dourado , contendo elemento superior em formato de chuteira estilizada, fixado sobre base rígida estruturada. Altura mínima: 30 cm. Contendo placa metálica personalizada, com gravação permanente contendo: nome do campeonato, identificação da premiação (“Melhor Artilheiro”). Arte/layout: de responsabilidade da contratada, mediante aprovação prévia da Secretaria requisitante antes da produção. Acabamento: superfície uniforme, ausência de rebarbas, pintura homogênea, gravação definitiva (laser, UV ou metal fotogravado). Fornecimento com embalagem individual protetiva.	3	UND
17	TROFÉU “MELHOR GOLEIRO” – FORMATO LUVA (PERSONALIZADO): Troféu personalizado “Melhor Goleiro do Campeonato”, confeccionado com estrutura principal em vidro temperado, acabamento dourado , contendo elemento superior em formato de luva de goleiro estilizada. Altura mínima:	3	UND



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTÁ - RR
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÃO – DLC/PMC

	30 cm. Contendo: placa metálica personalizada, nome do campeonato, identificação da premiação (“Melhor Goleiro”). Arte/layout: sob responsabilidade da contratada, mediante aprovação prévia da Secretaria requisitante. Gravação permanente com acabamento profissional. Embalagem individual protetiva inclusa.		
18	TROFÉU “EQUIPE FAIR PLAY” – FORMATO BOLA (PERSONALIZADO): Troféu personalizado “Equipe Fair Play”, confeccionado com estrutura principal em vidro temperado, acabamento dourado, contendo elemento superior em formato de bola de futebol estilizada, fixado sobre base estruturada. Altura mínima: 30 cm. Contendo placa metálica personalizada, com gravação permanente contendo: nome do campeonato, identificação da premiação (“Equipe Fair Play”). Arte/layout: de responsabilidade da contratada, mediante aprovação prévia da Secretaria requisitante antes da produção. Acabamento: superfície uniforme, sem falhas estruturais, sem imperfeições visuais, gravação permanente e legível. Fornecimento com embalagem individual protetiva.	3	UND
19	TROFÉU “CRAQUE DO CAMPEONATO” – FORMATO BOLA (PERSONALIZADO): Troféu personalizado “Craque do Campeonato”, confeccionado com estrutura principal em vidro temperado, acabamento prata , com elemento superior em formato de bola de futebol estilizada, fixado sobre base rígida. Altura mínima: 30 cm. Com placa metálica personalizada. Personalização: inclusão de nome do campeonato; categoria da premiação (“Craque do Campeonato”). Arte/layout: de responsabilidade da contratada, mediante aprovação prévia da Secretaria requisitante antes da fabricação. Acabamento: superfície lisa; sem rebarbas; sem defeitos de pintura; com gravação permanente (laser, UV ou metal fotocorrosão). Embalagem individual protetiva inclusa.	3	UND
20	TROFÉU “MELHOR ARTILHEIRO” – FORMATO CHUTEIRA (PERSONALIZADO): Troféu personalizado “Melhor Artilheiro do Campeonato”, confeccionado com estrutura principal em vidro temperado, acabamento prata , contendo elemento superior em formato de chuteira estilizada, fixado sobre base rígida estruturada. Altura mínima: 30 cm. Contendo placa metálica personalizada, com gravação permanente contendo: nome do campeonato, identificação da premiação (“Melhor Artilheiro”). Arte/layout: de responsabilidade da contratada, mediante aprovação prévia da Secretaria requisitante antes da produção. Acabamento: superfície uniforme, ausência de rebarbas, pintura homogênea, gravação definitiva (laser, UV ou metal fotogravado). Fornecimento com embalagem individual protetiva.	3	UND
21	TROFÉU “MELHOR GOLEIRO” – FORMATO LUVA (PERSONALIZADO): Troféu personalizado “Melhor Goleiro do Campeonato”, confeccionado com estrutura principal em vidro temperado, acabamento prata , contendo elemento superior em formato de luva de goleiro estilizada. Altura mínima:	3	UND



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTÁ - RR
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÃO – DLC/PMC

	30 cm. Contendo: placa metálica personalizada, nome do campeonato, identificação da premiação (“Melhor Goleiro”). Arte/layout: sob responsabilidade da contratada, mediante aprovação prévia da Secretaria requisitante. Gravação permanente com acabamento profissional. Embalagem individual protetiva inclusa.		
22	TROFÉU “EQUIPE FAIR PLAY” – FORMATO BOLA (PERSONALIZADO): Troféu personalizado “Equipe Fair Play”, confeccionado com estrutura principal em vidro temperado, acabamento prata , contendo elemento superior em formato de bola de futebol estilizada, fixado sobre base estruturada. Altura mínima: 30 cm. Contendo placa metálica personalizada, com gravação permanente contendo: nome do campeonato, identificação da premiação (“Equipe Fair Play”). Arte/layout: de responsabilidade da contratada, mediante aprovação prévia da Secretaria requisitante antes da produção. Acabamento: superfície uniforme, sem falhas estruturais, sem imperfeições visuais, gravação permanente e legível. Fornecimento com embalagem individual protetiva.	3	UND
23	TROFÉU “CRAQUE DO CAMPEONATO” – FORMATO BOLA (PERSONALIZADO): Troféu personalizado “Craque do Campeonato”, confeccionado com estrutura principal em vidro temperado, acabamento bronze , com elemento superior em formato de bola de futebol estilizada, fixado sobre base rígida. Altura mínima: 30 cm. Com placa metálica personalizada. Personalização: inclusão de nome do campeonato; categoria da premiação (“Craque do Campeonato”). Arte/layout: de responsabilidade da contratada, mediante aprovação prévia da Secretaria requisitante antes da fabricação. Acabamento: superfície lisa; sem rebarbas; sem defeitos de pintura; com gravação permanente (laser, UV ou metal fotocorrosão). Embalagem individual protetiva inclusa.	3	UND
24	TROFÉU “MELHOR ARTILHEIRO” – FORMATO CHUTEIRA (PERSONALIZADO): Troféu personalizado “Melhor Artilheiro do Campeonato”, confeccionado com estrutura principal em vidro temperado, acabamento bronze , contendo elemento superior em formato de chuteira estilizada, fixado sobre base rígida estruturada. Altura mínima: 30 cm. Contendo placa metálica personalizada, com gravação permanente contendo: nome do campeonato, identificação da premiação (“Melhor Artilheiro”). Arte/layout: de responsabilidade da contratada, mediante aprovação prévia da Secretaria requisitante antes da produção. Acabamento: superfície uniforme, ausência de rebarbas, pintura homogênea, gravação definitiva (laser, UV ou metal fotogravado). Fornecimento com embalagem individual protetiva.	3	UND
25	TROFÉU “MELHOR GOLEIRO” – FORMATO LUVA (PERSONALIZADO): Troféu personalizado “Melhor Goleiro do Campeonato”, confeccionado com estrutura principal em vidro temperado, acabamento bronze , contendo elemento superior em formato de luva de goleiro estilizada. Altura mínima:	3	UND



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTÁ - RR
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÃO – DLC/PMC

	30 cm. Contendo: placa metálica personalizada, nome do campeonato, identificação da premiação (“Melhor Goleiro”). Arte/layout: sob responsabilidade da contratada, mediante aprovação prévia da Secretaria requisitante. Gravação permanente com acabamento profissional. Embalagem individual protetiva inclusa.		
26	TROFÉU “EQUIPE FAIR PLAY” – FORMATO BOLA (PERSONALIZADO): Troféu personalizado “Equipe Fair Play”, confeccionado com estrutura principal em vidro temperado, acabamento bronze , contendo elemento superior em formato de bola de futebol estilizada, fixado sobre base estruturada. Altura mínima: 30 cm. Contendo placa metálica personalizada, com gravação permanente contendo: nome do campeonato, identificação da premiação (“Equipe Fair Play”). Arte/layout: de responsabilidade da contratada, mediante aprovação prévia da Secretaria requisitante antes da produção. Acabamento: superfície uniforme, sem falhas estruturais, sem imperfeições visuais, gravação permanente e legível. Fornecimento com embalagem individual protetiva.	3	UND
LOTE III – MATERIAL GRÁFICO			
27	CONFECÇÃO DE FAIXA DE DIVULGAÇÃO DE TORNEIO: Prestação de serviço de confecção de faixa personalizada para divulgação do torneio, produzida em lona, com impressão colorida de alta qualidade, contendo ilhós para fixação. Dimensões aproximadas de 2,0 m de altura por 5,0 m de largura. A criação da arte será de responsabilidade da contratada, mediante aprovação prévia da Secretaria competente. Inclui produção, entrega com todos os custos inclusos, sem ônus adicional para o Município.	1	UND
28	CONFECÇÃO DE BANNERS: Prestação de serviço de confecção de banner personalizado para divulgação do evento esportivo, produzido em lona, com impressão colorida de alta qualidade, contendo acabamento ou suporte adequado para fixação. Dimensões aproximadas de 1,30 m de altura por 0,90 m de largura. A criação da arte será de responsabilidade da contratada, mediante aprovação prévia da Secretaria competente. Inclui produção, entrega com todos os custos inclusos, sem ônus adicional para o Município.	15	UND
LOTE IV – ESTRUTURA DO EVENTO			
29	LOCAÇÃO DE PAINEL BACKDROP COM LONA E DECORAÇÃO COM BALÕES - Prestação de serviço de locação de painel tipo backdrop, incluindo fornecimento da estrutura completa, bem como a confecção da lona personalizada, transporte, montagem, instalação, manutenção durante o evento e desmontagem, com dimensões aproximadas de 2,00 m (altura) x 3,00 m (largura), composto por estrutura metálica ou material equivalente de alta resistência, adequado para utilização em ambientes internos e externos. O serviço deverá contemplar a confecção, impressão e instalação da lona personalizada, com impressão colorida de alta qualidade, a criação da arte será de responsabilidade da contratada, mediante aprovação prévia	6	DIÁRIA



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTÁ - RR
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÃO – DLC/PMC

	<p>da Secretaria competente. Inclui produção, transporte, instalação, com todos os custos inclusos, sem ônus adicional para o Município, contendo ilhós para fixação, nas dimensões aproximadas de 2,00 m x 3,00 m. A montagem deverá incluir tanto a estrutura do backdrop quanto a fixação da lona, garantindo estabilidade, segurança e adequado acabamento visual.</p> <p>DECORAÇÃO COM BALÕES: decoração com balões em látex ou material equivalente de alta qualidade, nas cores azul, branco e amarelo, tamanho nº 9, dispostos ao redor do painel backdrop, formando arco decorativo ou composição ornamental lateral e superior, garantindo acabamento estético harmonioso, fixação segura e adequada ambientação do espaço.</p>		
30	<p>LOCAÇÃO DE PALCO C/ FORNECIMENTO DE APRESENTAÇÃO PIROTÉCNICA COM FOGOS DE ARTIFÍCIO SEM ESTAMPIDO: prestação de serviço de locação, montagem, desmontagem e transporte de palco para eventos culturais, esportivos ou institucionais, medindo aproximadamente 6 m x 6 m, com altura mínima de 1,10 m, estrutura metálica resistente, piso em compensado naval ou material equivalente com espessura mínima de 18 mm, suportando carga aproximada de 300 kg/m². O palco deverá possuir cobertura em lona impermeável, podendo conter fechamento lateral e de fundo, além de escada de acesso com piso antiderrapante e corrimão, garantindo segurança aos usuários. O serviço inclui fornecimento de todos os materiais, equipamentos, transporte, montagem e desmontagem da estrutura, com execução por profissional habilitado e emissão de ART ou documento equivalente, quando aplicável.</p> <p>APRESENTAÇÃO PIROTÉCNICA com fogos de artifício sem estampido, com duração aproximada de até 3 minutos, compreendendo fornecimento dos artefatos, instalação do sistema de disparo e execução por profissional habilitado, observando todas as normas de segurança e exigências dos órgãos competentes, sendo de responsabilidade da contratada todos os custos e encargos necessários à execução do serviço.</p>	6	DIÁRIA
31	<p>LOCAÇÃO DE ARQUIBANCADAS: Locação de arquibancada modular metálica, com cobertura, medindo 20 (vinte) metros de extensão, composta por 08 (oito) degraus, dotada de proteção frontal e laterais, com capacidade aproximada para 400 (quatrocentas) pessoas sentadas, destinada à utilização em eventos esportivos, o serviço deverá incluir montagem, desmontagem e transporte da estrutura, com apresentação de ART ou RRT do responsável técnico pela montagem da estrutura, quando exigido pelas normas técnicas.</p>	6	DIÁRIA
32	<p>LOCAÇÃO DE TENDA: tenda medindo 5 m x 5 m, com altura mínima de 3 m, composta por estrutura metálica galvanizada e cobertura em lona impermeável e resistente, adequada para utilização em eventos institucionais, esportivos, culturais ou comemorativos. O serviço deverá incluir transporte, montagem, fixação e desmontagem da estrutura,</p>	72	DIÁRIA



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTÁ - RR
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÃO – DLC/PMC

	garantindo estabilidade, segurança e adequado acabamento.		
33	BANHEIRO QUIMICO: Locação de banheiro químico portátil, incluindo entrega e instalação no local do evento, manutenção preventiva durante o período de uso, e retirada ao término da utilização, garantindo condições adequadas de higiene, praticidade e conforto ao público.	72	DIÁRIA
LOTE V: SONORIZAÇÃO			
34	LOCAÇÃO DE SISTEMA DE SONORIZAÇÃO DE PEQUENO PORTE: adequado para eventos esportivos, composto no mínimo por: <ul style="list-style-type: none">• 01 mesa de som digital ou analógica com mínimo de 16 canais;• 02 caixas acústicas ativas ou passivas com potência mínima aproximada de 1.000 W cada;• 01 caixa de retorno (monitor) para operador ou locutor;• 02 microfones tipo bastão com fio ou sem fio;• cabos, pedestais e demais acessórios necessários ao funcionamento do sistema;	6	DIÁRIA
35	LOCAÇÃO DE KIT 2 CAIXA DE SOM: Acústica 400w + Tripé Cor Preto Tipo de alto-falante: woofer, Adequado para uso ao ar livre. Possui conectividade Bluetooth. Resposta mínima de frequência de 55Hz e máxima de 18kHz. Potência de 400W.com um microfone de acessório.com um suporte.	72	DIÁRIA
LOTE VI: COMUNICAÇÃO DO EVENTO			
36	OPERADOR TÉCNICO DE SOM: prestação de serviço especializado para montagem, configuração, operação e desmontagem de sistema de sonorização durante eventos institucionais ou esportivos. O profissional deverá possuir conhecimento técnico para operação de equipamentos de áudio, incluindo mesa de som, caixas acústicas, microfones, cabos e amplificadores, sendo responsável pela instalação do sistema, realização de testes prévios, operação durante todo o evento e desmontagem ao término, assegurando qualidade, estabilidade e clareza na reprodução sonora.	6	DIÁRIA
37	SERVIÇO DE LOCUÇÃO ESPORTIVA (NARRADOR): Prestação de serviço de locução esportiva, compreendendo a atuação de profissional responsável pela narração ao vivo de partidas ou competições esportivas, incluindo apresentação das equipes participantes, jogadores, arbitragem, divulgação de informações ao público presente, narração dos lances da partida, comunicação de resultados, avisos institucionais e condução geral do evento esportivo. O serviço deverá ser executado por profissional com experiência em narração esportiva, utilizando sistema de sonorização disponibilizado no local do evento, com atuação durante toda a duração da partida ou programação esportiva. O serviço deverá incluir todas as despesas com transporte, alimentação.	72	DIÁRIA
38	CRIADOR DE CONTEÚDO PARA REDES SOCIAIS: prestação de serviço de produção de conteúdo digital durante a realização do evento esportivo, sendo responsável por acompanhar os jogos, registrar imagens e vídeos,	72	DIÁRIA



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTÁ - RR
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÃO – DLC/PMC

	bem como produzir material informativo e visual relacionado às etapas da competição, resultados, destaques e demais acontecimentos do evento. O serviço deverá contemplar a criação de layouts gráficos, flyers de divulgação e produção de vídeos institucionais ou promocionais do evento, destinados à divulgação nas redes sociais oficiais. Todo o material produzido deverá ser submetido previamente à apreciação e aprovação da Secretaria responsável pelo evento, antes de sua utilização ou divulgação. A prestação do serviço deverá incluir todas as despesas de transporte, alimentação.		
39	GESTOR DE PUBLICAÇÃO EM REDES SOCIAIS: Prestação de serviço de gestão e divulgação de conteúdo em redes sociais, sendo responsável por publicar, atualizar e divulgar as informações, resultados e conteúdos produzidos durante o evento, garantindo a comunicação com o público e a adequada divulgação das etapas da competição. O profissional deverá realizar postagens em tempo oportuno, organizar as informações publicadas e manter a atualização das redes sociais oficiais durante toda a programação do evento. O serviço deverá incluir todas as despesas de transporte, alimentação.	72	DIÁRIA
LOTE VII: ORGANIZAÇÃO E ARBITRAGEM			
40	SERVIÇO DE ORGANIZAÇÃO, PLANEJAMENTO E GERENCIAMENTO DE CAMPEONATO ESPORTIVO: Prestação de serviço especializado para organização geral do campeonato, compreendendo o planejamento, coordenação e execução de todas as etapas necessárias à realização do evento esportivo. O serviço deverá incluir: elaboração do regulamento oficial da competição; confecção e organização das tabelas de jogos; elaboração e controle de súmulas das partidas; realização de reuniões técnicas com as equipes participantes; definição e organização da escala de arbitragem; acompanhamento da execução dos jogos; controle de resultados e classificação; bem como todas as demais atividades operacionais e administrativas indispensáveis ao adequado desenvolvimento do campeonato. A contratada deverá prestar suporte técnico durante todos os campeonatos, garantindo a organização e o cumprimento das regras, incluindo todas as despesas com locomoção, transporte, alimentação e demais custos necessários, sem ônus para o município, abrangendo até 355 jogos em todas as fases.	1	SERVIÇO
41	SERVIÇO DE ARBITRAGEM: prestação de serviço de arbitragem principal em partidas de futebol de campo, composto por 02 (dois) árbitros, responsáveis por aplicar e fazer cumprir as regras oficiais do jogo, conduzir a partida, interpretar e sancionar infrações, validar gols, marcar faltas, pênaltis, impedimentos. O serviço deverá incluir todas as despesas com transporte, alimentação.	72	DIÁRIA
42	ASSISTENTE DE ARBITRAGEM (BANDEIRINHA) E ANOTADOR / MESÁRIO DE	72	DIÁRIA



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTÁ - RR
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÃO – DLC/PMC

<p>PARTIDA: prestação de serviços de apoio à arbitragem em partidas de futebol de campo, composta por 02 (dois) assistentes de arbitragem (bandeirinhas) e 01 (um) anotador/mesário de partida. Os assistentes de arbitragem serão responsáveis por auxiliar o árbitro principal na condução da partida. O anotador/mesário será responsável pelo registro e controle das ocorrências da partida, incluindo o preenchimento da súmula, anotação de gols, substituições, advertências, expulsões e demais eventos relevantes do jogo, atuando em apoio à equipe de arbitragem e à organização do evento. O serviço deverá incluir todas as despesas com transporte, alimentação.</p>		
--	--	--

FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 A presente contratação tem por objetivo atender às demandas da Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer do Município de Cantá/RR, que possui entre suas atribuições institucionais a promoção, organização e execução de eventos esportivos constantes no calendário anual do município, especialmente campeonatos de futebol society, com participação de equipes da sede municipal, vilas e comunidades indígenas.

2.2 Considerando que a Administração Municipal não dispõe de estrutura logística própria, equipamentos esportivos suficientes, itens de premiação, uniformes padronizados, serviços técnicos especializados de arbitragem, sonorização e apoio operacional necessários à realização dos campeonatos esportivos planejados, torna-se necessária a contratação de empresas especializadas para fornecimento de materiais esportivos e prestação de serviços técnicos e operacionais indispensáveis à execução das competições.

2.3 A solução contempla o fornecimento de materiais esportivos, uniformes personalizados, itens de premiação, material gráfico institucional, serviços de arbitragem esportiva, comunicação institucional, sonorização e locação de estruturas temporárias para eventos esportivos, conforme segmentação do objeto em categorias técnicas distintas previstas no Documento de Formalização da Demanda – DFD.

2.4 A presente contratação será viabilizada por meio de recursos oriundos de transferências especiais provenientes de emendas parlamentares estadual e federais, conforme segue: Emenda Parlamentar nº 129/2025 – Deputado Estadual Rarison Barbosa, destinada ao apoio e promoção de eventos esportivos; Emenda Parlamentar nº 202541640001 – Deputado Federal Nicoletti, destinada à aquisição de materiais esportivos; Emenda Parlamentar nº 202226700002 – Deputado Federal Jhonatan de Jesus, destinada à estruturação do evento esportivo, aquisição de itens de premiação e contratação de arbitragem esportiva.

2.5 No âmbito da Emenda Parlamentar nº 202226700002 – Deputado Federal Jhonatan de Jesus, a execução da contratação observará a vinculação às metas constantes do plano de trabalho aprovado, compreendendo: Meta 1: estrutura do evento esportivo; Meta 2: premiação esportiva e uniformes; Meta 3: arbitragem esportiva.

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTÁ - RR
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÃO – DLC/PMC

3.1 A solução consiste na contratação de empresa(s) especializada(s) para prestação de serviços de apoio técnico, logístico e operacional, bem como fornecimento de materiais esportivos e itens de premiação necessários à realização dos campeonatos esportivos municipais promovidos pela Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer do Município de Cantá/RR.

3.2 A contratação contempla a disponibilização de estrutura temporária para eventos, serviços de arbitragem esportiva, sonorização, comunicação institucional, apoio operacional, bem como o fornecimento de materiais esportivos permanentes e itens de premiação destinados à execução das competições previstas no calendário esportivo municipal.

3.3 Os serviços e fornecimentos serão executados nas localidades definidas pela Administração Municipal, conforme planejamento previamente estabelecido para realização dos campeonatos esportivos municipais.

3.4 A execução contratual ocorrerá por escopo específico, vinculada à realização dos campeonatos esportivos municipais previstos no planejamento institucional da Secretaria, não se caracterizando como prestação de serviço continuado, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.5 A solução encontra-se estruturada conforme as categorias técnicas definidas no Documento de Formalização da Demanda – DFD, observando a natureza da despesa, a segmentação do mercado fornecedor e a vinculação às fontes de financiamento da contratação, correspondentes aos lotes a serem definidos no Termo de Referência.

3.6 No âmbito da Emenda Parlamentar nº 202226700002 – Deputado Federal Jhonatan de Jesus, a execução observará a vinculação às metas constantes do plano de trabalho aprovado, compreendendo: Meta 1: estrutura do evento esportivo; Meta 2: premiação esportiva; Meta 3: arbitragem esportiva.

3.7 O regime de execução contratual será definido conforme a natureza de cada lote, adotando-se, para os serviços, o regime de empreitada por preço unitário e, para o fornecimento de materiais, contratação por fornecimento com entrega conforme cronograma de execução dos campeonatos esportivos.

REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 A execução do objeto deverá observar integralmente as normas legais, regulamentares e técnicas aplicáveis ao fornecimento dos materiais e à prestação dos serviços previstos nesta contratação, cabendo à(s) contratada(s) o cumprimento das exigências dos órgãos de controle e fiscalização competentes, conforme as condições operacionais estabelecidas neste Termo de Referência.

4.2 A execução contratual compreenderá o fornecimento de materiais esportivos e itens de premiação, bem como a prestação de serviços técnicos e operacionais de apoio à realização dos campeonatos esportivos municipais, incluindo locação de estruturas temporárias, serviços de arbitragem esportiva, locução esportiva, comunicação institucional, sonorização, organização das partidas e apoio logístico, conforme a segmentação do objeto em lotes técnicos distintos.

4.3 Cada contratada será responsável pela execução das obrigações correspondentes ao lote adjudicado, devendo assegurar o cumprimento das normas técnicas aplicáveis, a qualidade dos



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTÁ - RR
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÃO – DLC/PMC

serviços prestados e a conformidade dos materiais fornecidos com as especificações previstas neste Termo de Referência.

4.4 Compete às contratadas adotar medidas preventivas de mitigação dos riscos identificados no Mapa de Riscos da contratação, especialmente quanto:

- a) à montagem e desmontagem segura das estruturas temporárias locadas;
- b) à operação adequada dos sistemas de sonorização;
- c) à execução regular dos serviços de arbitragem esportiva;
- d) à entrega dos materiais esportivos em conformidade com as especificações técnicas;
- e) ao cumprimento das condições operacionais necessárias à realização dos campeonatos esportivos municipais.

4.5 As contratadas deverão manter equipe técnica qualificada e devidamente identificada durante a execução dos serviços, responsabilizando-se pela segurança operacional das atividades sob sua execução direta.

4.6 DO FORNECIMENTO DE MATERIAIS ESPORTIVOS

- a) A contratada responsável pelo lote correspondente deverá fornecer os materiais esportivos necessários à realização dos campeonatos, compreendendo bolas, redes, meiões, uniformes personalizados, troféus e medalhas, conforme especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência;
- b) Todos os itens fornecidos deverão atender aos padrões de qualidade, durabilidade e segurança compatíveis com sua finalidade esportiva;
- c) A contratada será responsável pelo transporte, acondicionamento e entrega dos materiais nos locais indicados pela Administração;
- d) Os materiais fornecidos serão conferidos e validados pela equipe técnica da Secretaria antes da utilização nos eventos.

SUSTENTABILIDADE

4.7. A Contratada deverá adotar práticas sustentáveis relacionadas exclusivamente à execução dos campeonatos de esportivos, contemplando:

- a) uso responsável das estruturas temporárias e equipamentos operacionais, preservando sua integridade;
- b) conservação adequada dos materiais esportivos fornecidos (bolas, redes, uniformes e itens permanentes);
- c) recolhimento e destinação ambientalmente adequados de resíduos sólidos gerados durante montagem, execução e desmontagem dos eventos;
- d) devolução dos campos e espaços utilizados em condições adequadas, preservando sua integridade física e ambiental;
- e) sempre que possível, priorização de fornecedores locais, em atenção ao desenvolvimento econômico regional e à sustentabilidade logística.



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTÁ - RR
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÃO – DLC/PMC

SUBCONTRATAÇÃO

4.8. Será admitida subcontratação parcial de parcelas acessórias do objeto, desde que previamente autorizada pela Administração e desde que não comprometa a execução das obrigações contratuais principais, nos termos do art. 122 da Lei nº 14.133/2021.

4.8.1 Poderão ser objeto de subcontratação parcial os seguintes serviços especializados:

- a) arbitragem esportiva;
- b) locução esportiva;
- c) cobertura e gestão de mídias sociais;
- d) operação de sistemas de sonorização;
- e) montagem e desmontagem de estruturas temporárias;
- f) instalação de palco, arquibancadas e tendas.

4.8.2 A subcontratação não exclui a responsabilidade integral da contratada perante a Administração Pública quanto à execução do objeto contratado.

DA GARANTIA DA PROPOSTA (REQUISITO DE PRÉ-HABILITAÇÃO):

4.9 Nos termos do art. 58, caput e § 1º, da Lei nº 14.133/2021, será exigida, como requisito de participação (pré-habilitação), a garantia de proposta correspondente a 1% (um por cento) do valor estimado do lote a qual deseja participar.

4.10 A garantia de proposta poderá ser prestada em qualquer das modalidades previstas no § 1º do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, a critério exclusivo do licitante.

4.11 A garantia de proposta deverá ser apresentada por todos os licitantes já emitida previamente à sessão pública de abertura, devendo comprovar o recolhimento de quantia a título de garantia de proposta, como requisito de pré-habilitação. A exigência visa assegurar o compromisso do licitante com as condições da proposta apresentada, conforme dispõe o art. 58, § 1º, da Lei nº 14.133/2021.

4.11.1 Para fins de conferência, validação e verificação prévia (requisito de pré-habilitação) da regularidade da garantia apresentada, o comprovante do recolhimento da quantia ou o documento correspondente à modalidade de garantia escolhida deverá ser encaminhado, obrigatoriamente, antes do início da sessão pública da licitação, exclusivamente para o endereço eletrônico: licitacaocanta@gmail.com, assegurado o sigilo dos participantes da licitação, pela Administração.

4.11.2 O Pregoeiro, acusará o recebimento e manifestará a aceitação ou rejeição da garantia encaminhada, por meio do mesmo endereço eletrônico.

4.11.3 O Município não se responsabilizará por documentos enviados para endereço eletrônico diverso do indicado neste instrumento convocatório nem por aqueles remetidos após o horário de abertura da sessão pública.

4.11.4 A não comprovação do recolhimento da garantia de proposta, seu envio fora do prazo estabelecido ou sua rejeição impedirá a análise da proposta e a participação do licitante no certame, por inobservância do requisito de pré-habilitação, nos termos do art. 58 da Lei nº 14.133/2021.



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTÁ - RR
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÃO – DLC/PMC

4.11.5 Será rejeitada a comprovação do recolhimento da garantia de proposta que não atender as regras estabelecidas neste instrumento convocatório, bem como serão rejeitadas automaticamente aquelas que forem apresentadas posteriormente à abertura do certame.

4.12 Após a manifestação do Pregoeiro quanto à aceitação da garantia encaminhada, o licitante será considerado pré-habilitado, ficando apto a participar das demais fases da licitação.

4.13 A não comprovação do recolhimento da garantia de proposta ou sua rejeição, implicará a desclassificação da proposta e impedirá a análise da proposta do licitante e consequentemente sua participação no certame, pelo não atendimento do requisito de pré-habilitação.

4.14 Caberá ao licitante optar por uma das modalidades de garantia previstas no art. 96, § 1º da Lei nº 14.133/2021.

4.15 Quando a modalidade escolhida for caução em dinheiro, o valor correspondente deverá ser depositado ou transferido, até a data e horário de abertura da sessão pública, em favor da Prefeitura Municipal de Cantá, CNPJ: 01.612.682/0001-56, na conta: Banco do Brasil (001); Agência: 3797-4; Conta Corrente: 8359-3.

4.16 O comprovante da caução deverá conter a razão social atualizada da empresa, conforme o último contrato social ou alteração contratual, e o CNPJ, para garantir a correta identificação da garantia vinculada ao processo licitatório.

4.17 Na hipótese de o respectivo comprovante bancário apresentar inconsistência ou impossibilitar a identificação do depósito, a proposta será desclassificada.

4.18 Quando a garantia da proposta for prestada por meio de seguro garantia ou fiança bancária, cuja contratação envolva emissão de boleto bancário, será obrigatória a apresentação, junto com a apólice ou carta de fiança, do comprovante de pagamento do boleto correspondente.

4.19 A ausência do comprovante de pagamento ou sua apresentação com inconsistências acarretará a desclassificação da proposta por descumprimento do requisito de pré-habilitação.

4.20 A apólice de seguro garantia ou a carta de fiança bancária deverá:

- a) Estar acompanhada de Certidão de Regularidade da SUSEP (no caso do seguro);
- b) Não conter cláusulas que dificultem ou impeçam a execução da garantia;
- c) Indicar expressamente a Prefeitura Municipal de Cantá como beneficiária ou segurada.

VISTORIA

4.21 Não será exigida vistoria técnica prévia obrigatória para participação no certame, considerando que os locais de execução dos serviços correspondem a espaços esportivos públicos usuais do Município de Cantá/RR, cujas condições são compatíveis com estruturas temporárias padrão utilizadas em eventos esportivos.



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTÁ - RR
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÃO – DLC/PMC

4.21.1 A eventual necessidade de visita técnica poderá ser realizada facultativamente pelos licitantes interessados, sob sua exclusiva responsabilidade, não sendo requisito obrigatório para participação na licitação.

4.21.2 A dispensa de vistoria obrigatória fundamenta-se na natureza comum dos serviços e estruturas previstas na contratação, cujas especificações técnicas encontram-se suficientemente descritas neste Termo de Referência, nos termos do art. 6º, inciso XIII, e art. 42 da Lei nº 14.133/2021.

JUSTIFICATIVA PARA NÃO APLICAÇÃO DO DISPOSTO NO ART. 48, INCISO III, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006.

4.22 Nos termos do art. 48, inciso III, da Lei Complementar nº 123/2006, nas licitações para aquisição de bens de natureza divisível poderá ser estabelecida cota reservada de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte – ME/EPP, ressalvadas as hipóteses previstas no art. 49 do referido diploma legal.

4.23 No caso da presente contratação, verifica-se a incidência da hipótese prevista no art. 49, inciso III, da Lei Complementar nº 123/2006, segundo a qual o tratamento diferenciado poderá deixar de ser aplicado quando não se mostrar vantajoso para a Administração Pública ou representar prejuízo ao conjunto do objeto a ser contratado.

4.24 A não aplicação da cota reservada justifica-se em razão das características técnicas da contratação, estruturada em lotes distintos correspondentes a segmentos específicos do mercado fornecedor, compreendendo fornecimento de materiais esportivos, uniformes personalizados, itens de premiação, material gráfico institucional, locação de estruturas temporárias, sonorização, comunicação institucional e prestação de serviços especializados de arbitragem esportiva e organização de campeonato.

4.25 A subdivisão adicional dos quantitativos em cotas reservadas poderia comprometer a padronização dos materiais fornecidos, dificultar a gestão contratual, aumentar a complexidade operacional da execução dos campeonatos esportivos municipais e reduzir a eficiência logística necessária à adequada realização dos eventos.

4.26 Ressalta-se ainda que a execução do objeto encontra-se vinculada ao cumprimento de metas específicas previstas em planos de trabalho aprovados no âmbito de transferências especiais provenientes de emendas parlamentares, circunstância que exige uniformidade técnica na execução das ações financiadas e compatibilidade entre os itens contratados e as categorias orçamentárias correspondentes.

4.27 Ademais, a eventual aplicação de cota reservada poderia comprometer a economicidade da contratação, especialmente diante da necessidade de fornecimento padronizado de uniformes personalizados e itens de premiação esportiva, bem como da execução coordenada dos serviços técnicos especializados necessários à realização dos campeonatos.

4.28 Registra-se, por fim, que a não aplicação da cota reservada não impede a participação de microempresas e empresas de pequeno porte no certame, permanecendo assegurados os demais benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006.

4.29 Diante do exposto, justifica-se a não aplicação da reserva de cota prevista no art. 48, inciso III, da Lei Complementar nº 123/2006, com fundamento no art. 49, inciso III, do referido diploma legal,



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTÁ - RR
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÃO – DLC/PMC

em observância aos princípios da eficiência, economicidade, competitividade e vantajosidade da contratação pública.

DECLARAÇÕES OBRIGATÓRIAS

4.30. As licitantes deverão apresentar, obrigatoriamente, no momento da apresentação das propostas, declarações formais assinadas por representante legal, atestando que:

- a) Não utilizam, em nenhuma etapa da cadeia produtiva ou de prestação dos serviços, mão de obra direta ou indireta de trabalho infantil.
- b) Adotam práticas de inclusão social, respeito à diversidade, acessibilidade e igualdade de condições no ambiente de trabalho, assegurando a não discriminação de pessoas com deficiência, mulheres, idosos e grupos vulneráveis, conforme os princípios definidos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021;
- c) Comprometem-se a cumprir integralmente as exigências legais relativas à responsabilidade social e ambiental, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021, incluindo: Adoção de práticas sustentáveis e utilização de produtos ambientalmente adequados; Redução de impactos ambientais negativos; Destinação adequada de resíduos sólidos, quando aplicável.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1 A execução do objeto ocorrerá de forma planejada e coordenada, conforme os eventos esportivos, mediante emissão de Ordens de Serviço/Fornecimento pela Secretaria Municipal competente, nas quais serão indicados os locais, datas, horários e quantitativos específicos de cada etapa dos campeonatos.

5.1.1 Considerando o caráter dinâmico dos campeonatos esportivos e a possibilidade de variações no número de equipes participantes ou nas condições operacionais, os locais, datas, horários e quantitativos poderão ser ajustados pela Administração nas Ordens de Serviço subsequentes, devendo a(s) contratada(s) manter capacidade operacional compatível com as demandas estabelecidas.

5.1.2 A(s) empresa(s) contratada(s) será(ão) responsável(is) pela execução das obrigações correspondentes ao(s) lote(s) adjudicado(s), incluindo a montagem, instalação, operação e desmontagem das estruturas físicas necessárias, bem como pelo suporte técnico e logístico durante a realização das competições, observadas as especificações técnicas previstas neste Termo de Referência e as normas de segurança aplicáveis.

5.1.3 A(s) contratada(s) será(ão) responsável(is) por todas as despesas decorrentes da execução do objeto contratado, incluindo tributos, frete, transporte, montagem, desmontagem, deslocamentos, alimentação, encargos trabalhistas e demais custos operacionais necessários ao cumprimento das obrigações assumidas.

5.1.4 Após o recebimento da Ordem de Serviço, a contratada deverá iniciar a mobilização dos serviços no prazo máximo de até 48 (quarenta e oito) horas, devendo realizar a montagem completa das estruturas e disponibilização dos serviços necessários com antecedência mínima de 12 (doze) horas antes do início do evento ou partida, a fim de permitir a conferência pela equipe técnica da Administração.



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTÁ - RR
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÃO – DLC/PMC

5.1.5 Durante a realização das atividades esportivas, a contratada deverá manter suporte operacional permanente, garantindo o pleno funcionamento das estruturas, equipamentos e serviços contratados durante todo o período do evento.

5.1.6 Concluídas as atividades do evento ou etapa do campeonato, a contratada deverá proceder à desmontagem e retirada das estruturas no prazo máximo de até 24 (vinte e quatro) horas, salvo orientação diversa da Secretaria Municipal competente.

5.1.7 Para os serviços de arbitragem esportiva, locução esportiva, cobertura de mídias sociais, locação de estruturas de apoio (tendas e banheiros químicos), bem como locação de sistemas de sonorização, o dimensionamento foi realizado considerando a necessidade de atendimento durante toda a programação dos eventos esportivos, estimados em 355 (trezentas e cinquenta e cinco) partidas de futebol society, preferencialmente realizadas aos finais de semana.

5.1.8 Para fins de execução contratual, estima-se o total de 72 (setenta e duas) diárias de prestação de serviços, considerando programação média aproximada de 05 (cinco) jogos por dia, podendo ocorrer variações conforme a organização e cronograma das competições.

5.1.9 O quantitativo estimado de diárias foi definido com base na previsão de duração dos eventos, garantindo a adequada cobertura dos serviços ao longo de todo o período de execução contratual, abrangendo infraestrutura, sonorização e apoio operacional.

5.1.10 A distribuição definitiva dos jogos e a quantidade exata de partidas por dia dependerão do número final de equipes inscritas e da organização do calendário esportivo municipal, podendo ocorrer ajustes sem prejuízo da execução do objeto contratado.

5.1.11 FORNECIMENTO DE MATERIAIS ESPORTIVOS

- a) A contratada responsável pelo lote correspondente deverá fornecer os materiais esportivos necessários à realização dos campeonatos, compreendendo bolas, redes, meiões, uniformes personalizados, troféus e medalhas;
- b) O fornecimento deverá ocorrer de forma parcelada, conforme cronograma definido pela Administração;
- c) O prazo máximo para entrega será de até 10 (dez) dias após solicitação formal;
- d) Caso sejam identificadas inconformidades ou defeitos nos materiais fornecidos, a contratada deverá providenciar substituição no prazo máximo de 3 (três) dias;
- e) Todos os materiais fornecidos serão conferidos e validados pela equipe técnica da Administração antes da utilização.

5.1.12 A execução do objeto observará a vinculação às metas estabelecidas nos planos de trabalho das transferências especiais provenientes das emendas parlamentares que financiam a contratação, especialmente quanto:

- I — à estrutura do evento esportivo;
- II — ao fornecimento de materiais esportivos;
- III — à premiação esportiva e uniformes personalizados;
- IV — à prestação dos serviços de arbitragem esportiva.



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTÁ - RR
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÃO – DLC/PMC

LOCAL E HORÁRIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

5.2 Os serviços serão prestados em diferentes localidades do Município de Cantá/RR, abrangendo áreas da sede municipal, vilas e comunidades indígenas, conforme cronograma definido pela Secretaria Municipal competente.

5.2.1 A contratada deverá disponibilizar equipe operacional compatível com a demanda de cada Ordem de Serviço, mantendo responsável técnico presente durante todo o período de execução.

5.2.2 A execução dos serviços técnicos e operacionais necessários à realização dos campeonatos esportivos municipais compreenderá:

- a) arbitragem das partidas de futebol society;
- b) locução esportiva;
- c) cobertura digital por mídias sociais;
- d) organização e distribuição dos materiais esportivos;
- e) suporte técnico à coordenação municipal do evento.

5.2.3 Os materiais esportivos deverão ser entregues conforme especificações técnicas previstas neste Termo de Referência, no horário compreendido entre 08h00min e 14h00min, no endereço Rua Ângelo da Conceição Barros, s/n, Centro, Cantá/RR.

6. MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Preposto

6.5 O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização

6.6 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.7 O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTÁ - RR
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÃO – DLC/PMC

6.8. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.13 O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.15 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.16 Cabe ao gestor do contrato:

6.16.1 coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.16.2 acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.16.3 acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.16.4 emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTÁ - RR
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÃO – DLC/PMC

desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.16.5 tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.16.6 enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- a) Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.
- d) Multa:
- e) Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 % (vinte por cento).
- f) Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;
- g) O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTÁ - RR
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÃO – DLC/PMC

cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

h) Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de até 20% (vinte por cento) sobre o valor da contratação.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 02 (dois) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.9. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.10. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante; e
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.11. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.12. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTÁ - RR
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÃO – DLC/PMC

7.13. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.14. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.15. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.16. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8 CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

8.1.1 O pagamento será realizado de acordo com a natureza do objeto contratado e conforme a execução das Ordens de Serviço emitidas pela Administração:

- a) Serviços prestados: o pagamento pelos serviços será efetuado por evento executado, mediante apresentação da nota fiscal/fatura devidamente atestada pela fiscalização do contrato quanto à execução dos serviços correspondentes à respectiva Ordem de Serviço, em até 30 (trinta) dias após o atesto pela Administração;
- b) Materiais esportivos e uniformes: o pagamento pelos materiais esportivos fornecidos, compreendendo bolas, redes, meiões, troféus, medalhas, uniformes personalizados e faixas, será realizado de forma parcelada, conforme cronograma de entrega definido pela Administração, sendo efetuado após a entrega, conferência e validação de cada parcela correspondente.

8.1.2 O fiscal poderá recusar total ou parcialmente o evento, determinando correções imediatas, às expensas da contratada.

8.1.3. Recebimento definitivo: o prazo para o recebimento definitivo será de até **5 (cinco) dias úteis** após a entrega da documentação completa relativa ao evento e aos materiais fornecidos. O recebimento definitivo será formalizado após a conferência de cada evento, mediante:

- a) aceite formal da execução do evento;
- b) conferência dos serviços prestados e **dos materiais fornecidos**, incluindo bolas, redes, meiões, troféus, medalhas, uniformes e faixas;
- c) validação documental;
- d) emissão do **Termo de Recebimento Definitivo por Evento**.

8.1.4 O prazo para o recebimento definitivo, previsto no item 8.1.3, poderá ser suspenso, mediante justificativa, para apuração de divergências na execução do evento, inconsistências no relatório, dúvidas operacionais, necessidade de diligências complementares ou eventuais problemas relativos ao fornecimento de materiais esportivos, incluindo bolas, redes, meiões, troféus, medalhas, uniformes e faixas. A suspensão não gera ônus ao Município.



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTÁ - RR
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÃO – DLC/PMC

8.1.5 Ressalta-se que o recebimento provisório ou definitivo, seja dos serviços prestados ou dos materiais fornecidos, não exclui a responsabilidade da contratada por falhas operacionais, riscos de segurança, reposição de materiais esportivos em caso de defeito ou inconformidade, danos causados aos espaços esportivos e vícios ou defeitos ocorridos após o evento ou após a entrega dos materiais.

8.2 Critérios Específicos de Medição por Evento

8.2.1 Os materiais de consumo e permanentes utilizados no evento serão medidos conforme: quantidades efetivas entregues para o evento; condições de uso; aderência às especificações do TR; apresentação do Termo de Entrega e Conferência. Materiais divergentes ou sem qualidade mínima serão recusados.

8.2.2 Será medida a execução integral das estruturas previstas na OS: montagem; operação durante o evento; desmontagem; – entrega final do local em condições adequadas. Somente será considerada como “evento realizado” a estrutura instalada dentro do prazo mínimo previsto no TR 12 (doze) horas antes da primeira partida

8.2.3 A medição abrangerá eventos realizados: na sede; nas vilas; nas comunidades indígenas; conforme a OS específica. Logística, deslocamentos, transporte e mobilização não geram pagamentos adicionais.

8.2.4 O pagamento será efetuado por evento executado, após emissão do recebimento definitivo de cada evento.

8.2.5 O pagamento ocorrerá em até 30 (trinta) dias úteis após a aprovação da nota fiscal e do Termo de Recebimento Definitivo do evento.

8.2.6 A contratada deverá manter todas as regularidades fiscais e trabalhistas durante todo o contrato.

8.2.7 A medição dos serviços/fornecimento observará a vinculação às metas constantes dos planos de trabalho das transferências provenientes das emendas parlamentares que financiam a contratação, especialmente quanto à execução da estrutura do evento esportivo, fornecimento de materiais esportivos, premiação esportiva e arbitragem esportiva.

Liquidação

8.3 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de até 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.3.1 O recebimento definitivo será realizado com base na verificação do cumprimento integral das obrigações previstas na respectiva Ordem de Serviço emitida pela Administração.

8.4 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTÁ - RR
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÃO – DLC/PMC

- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.4.1 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.4.2 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.4.3 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.4.4 identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.4.5 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.4.6 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.4.7 Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.4.8 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.5 O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.6 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice do IPCA.



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTÁ - RR
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÃO – DLC/PMC

Forma de pagamento

8.7 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.8 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.9 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.10 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.11 O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Reajuste

8.12. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, no instrumento contratual.

8.13. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.14. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.15. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.16. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.17. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.18. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.19. O reajuste será realizado por apostilamento.

Rescisão Contratual

8.20 A rescisão contratual poderá ocorrer por acordo entre as partes, por razões de interesse público devidamente justificadas, ou nas hipóteses previstas nos incisos do art. 137 da Lei nº 14.133/2021, mediante prévia motivação formal e assegurado o contraditório e a ampla defesa, quando for o caso. A rescisão será formalizada por ato unilateral da Administração ou por decisão judicial, conforme o tipo de inadimplemento identificado.



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTÁ - RR
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÃO – DLC/PMC

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA obriga-se a:

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

9.3. Comunicar imediatamente à Administração qualquer impedimento que inviabilize o cumprimento dos prazos estabelecidos na Ordem de Serviço correspondente, apresentando justificativa formal e documentação comprobatória;

9.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo

9.7. Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

- a) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- b) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- c) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;
- d) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;

9.10. Comunicar imediatamente ao fiscal do contrato qualquer ocorrência anormal ou acidente relacionado à execução dos serviços.

9.11. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.12. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

9.13. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTÁ - RR
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÃO – DLC/PMC

reservas de cargos previstas na legislação;

9.14. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

9.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

9.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.17. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1. A CONTRATANTE obriga-se a: Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

10.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

10.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

10.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

10.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência.

10.5.1 Emitir Ordens de Serviço contendo locais, datas, horários e quantitativos necessários à execução de cada etapa dos campeonatos esportivos.

10.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

10.7. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

11. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

11.1 O fornecedor será selecionado por meio de procedimento licitatório na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **PRESENCIAL**, adotando-se o critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO, POR LOTE**, nos termos da Lei nº 14.133/2021, observando-se os princípios da legalidade, isonomia, transparência e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

11.1.1 O modo de disputa será **ABERTO**, nos termos do art. 56, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, em que os licitantes apresentam lances públicos e sucessivos, de forma verbal, durante a sessão, até a obtenção do menor preço por lote. Esse modo de disputa é compatível com o formato presencial e visa assegurar competitividade, transparência e obtenção da proposta mais vantajosa.



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTÁ - RR
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÃO – DLC/PMC

Do Procedimento e da Inversão de Fases

11.2 Em conformidade com o disposto no art. 17 da Lei nº 14.133/2021, o presente procedimento licitatório será realizado com inversão de fases, de modo que a etapa de julgamento das propostas antecederá a fase de habilitação, conforme justificativa constante dos autos do processo administrativo.

11.3 A adoção da inversão de fases tem como objetivo agilizar o procedimento, permitindo que a Administração analise a documentação de habilitação apenas do licitante classificado em primeiro lugar, otimizando recursos e garantindo maior celeridade sem prejuízo da segurança jurídica.

11.4 Tal procedimento visa assegurar que a proposta vencedora atenda plenamente às exigências técnicas e legais, resguardando o interesse público e os princípios do planejamento, eficiência e julgamento objetivo, previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

Exigências de habilitação

11.5 Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

11.6 pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

11.7 empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

11.8 Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

11.9 sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

11.10 sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

11.11 simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

11.12 filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

11.13 sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTÁ - RR
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÃO – DLC/PMC

11.14 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Participação de Consórcios

11.15 Tratando-se de fornecimento comum com baixa complexidade, julga-se não haver necessidade de participação de licitante na forma de consórcio.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

11.16 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

11.17 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

11.18 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

11.19 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

11.20 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

11.21 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

11.22 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

11.23 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

11.25.1 Certidão Negativa de Falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica há menos de 60 (sessenta) dias da data para a apresentação da documentação, exceto quando dela constar o prazo de validade;

11.25.2 balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis *dos dois últimos exercícios sociais*, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Prazo}}$$



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTÁ - RR
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÃO – DLC/PMC

	Passivo	Circulante	+	Passivo	Não
					Circulante
	<hr/>				
	Ativo Total				
SG =	Passivo	Circulante	+	Passivo	Não
					Circulante
	<hr/>				
	Ativo Circulante				
LC =	<hr/>				
	Passivo Circulante				

11.25.3 Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, **patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação (por lote).**

11.25.4 Patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social;

11.25.5 Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;

11.25.6 Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

11.25.7 Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

11.25.8 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

11.25.9 Nos termos do **art. 69, §4º, da Lei nº 14.133/2021**, admite-se a exigência de **patrimônio líquido mínimo de até 10%** do valor estimado da contratação, desde que haja justificativa técnica vinculada à complexidade do objeto. Considerando que a realização dos campeonatos esportivos exige mobilização prévia de estruturas, logística operacional e capacidade financeira para suportar custos iniciais, é essencial garantir que a futura contratada possua condições econômico-financeiras suficientes para execução do serviço sem risco de interrupção.

11.25.10 O Tribunal de Contas da União, no Acórdão TCU nº 1.824/2017 – Plenário, reconhece expressamente que a exigência de patrimônio líquido mínimo é legal e compatível com o interesse público, desde que justificada e limitada ao percentual máximo de 10%.

11.25.12 Assim, a definição do patrimônio líquido mínimo em até 10% do valor estimado mostra-se proporcional e adequada, assegurando segurança jurídica e observância aos princípios da eficiência e da seleção da proposta mais vantajosa, conforme prevêm os arts. 5º e 11 da Lei nº 14.133/2021.

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

11.26 Apresentar *Atestado de Capacidade Técnica* emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, declarando que o licitante já forneceu ou está fornecendo objeto compatível com o desta licitação, em qualidade, quantidade e prazos estabelecidos.



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTÁ - RR
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÃO – DLC/PMC

11.26.1 Com a finalidade de tornar objetivo o julgamento da documentação de qualificação técnica, considera-se compatível o atestado que expressamente certifique que a empresa já forneceu ou esteja fornecendo:

- a) serviço de organização de eventos esportivos relacionados ao objeto;
- b) serviço de assessoria, logística, montagem e desmontagem de estruturas relacionadas ao objeto;
- c) identificação da entidade emitente do atestado;
- d) descrição clara do objeto executado;
- e) período de execução.

11.26.2 Para fins de atendimento ao requisito de capacidade técnico-operacional, será exigida a comprovação de execução mínima correspondente a 30% (trinta por cento) do volume total estimado para o evento objeto desta contratação, admitida a soma de atestados, desde que compatíveis entre si.

11.26.3 Para fins de comprovação da compatibilidade técnica com o objeto da presente contratação, os atestados apresentados deverão demonstrar experiência do licitante na organização e execução de eventos esportivos, contemplando atividades inerentes à gestão do evento, tais como operacionalização e demais atividades relacionadas à execução técnica de eventos esportivos, inclusive quando envolver estruturas operacionais equivalentes.

11.26.4 Apresentar declaração de disponibilidade dos recursos necessários para a execução do objeto.

11.26.5 A empresa deverá declarar que dispõe de toda a estrutura e recursos necessários para a execução do objeto deste certame.

Disposições gerais sobre habilitação

11.27 Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

11.28 Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

11.29 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

11.30 Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

11.31 Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTÁ - RR
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÃO – DLC/PMC

Documentação complementar para cooperativas

11.31.1 Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

11.31.2 A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

11.31.3 A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

11.31.4 A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

11.31.5 O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

11.31.6 A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

11.31.7 Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

11.31.8 ata de fundação;

11.31.9 estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

11.31.10 regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

11.31.11 editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

11.31.12 três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

11.31.13 ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e

11.31.14 última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

12. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

12.1 A presente contratação tem por base a realização de diversos campeonatos esportivos, destinados a atender equipes da sede municipal, vilas e comunidades indígenas.

12.2 O custo estimado total é de **R\$ 1.275.977,25 (Um milhão, duzentos e setenta e cinco mil, novecentos e setenta e sete reais e vinte e cinco centavos)**, definido a partir dos valores unitários levantados para os serviços e materiais necessários. A estimativa foi obtida mediante Sistema de Banco de Preços, conforme previsto nos arts. 18, II, e 23, V, da Lei nº 14.133/2021.

12.3 Destaca-se que parte dos recursos destinados à execução da presente contratação é proveniente de transferências especiais oriundas de emendas parlamentares estadual e federais, as quais constituem limite orçamentário para execução da despesa, não sendo utilizadas como parâmetro para definição dos preços estimados da contratação.

12.4 A complementação financeira necessária à execução integral do objeto será assegurada mediante contrapartida municipal previamente prevista na dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTÁ - RR
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÃO – DLC/PMC

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UND	SISTEMA BANCO DE PREÇOS	MÉDIA DE VALOR TOTAL (R\$)
				MÉDIA DE VALOR UNITÁRIO (R\$)	
LOTE I – MATERIAL ESPORTIVO DO CAMPEONATO					
1	BOLA OFICIAL PARA FUTEBOL SOCIETY: Material poliuretano; tamanho nº 04; peso cheia entre 410 e 450 g; pressão de 8 a 10 lb; circunferência entre 68 e 70 cm.	60	UND	R\$ 187,65	R\$ 11.259,00
2	REDES PARA TRAVES: confeccionadas em polietileno de alta resistência, com malha de 15 mm e tratamento UV, garantindo maior durabilidade e resistência às intempéries. Possuem dimensões de 5,00 m de largura x 2,20 m de altura x 1,50 m de comprimento (profundidade), sendo adequadas para uso em partidas esportivas e treinamentos.	30	PAR	R\$ 485,97	R\$ 14.579,10
3	MEIÃO DE FUTEBOL PROFISSIONAL: Com Elástico no Tornozelo e Elástico Especial na Borda Superior, Molde do Calcanhar, Pé Atoalhado. Composição: 66% Poliamida, 17% Algodão, 11% Elastodieno e 6% Poliéster. Tamanho 39 a 44.	1.824	PAR	R\$ 36,31	R\$ 66.229,44
4	UNIFORME PARA AS EQUIPES (CAMISA E CALÇÃO): Uniforme esportivo tipo kit, composto por 01 (uma) camisa de manga curta e 01 (um) calção, confeccionados em tecido 100% poliéster com sublimação total, com costuras reforçadas; camisa com gola simples e mangas com acabamento reforçado; calção com cós elástico e cordão interno para ajuste, sem bolsos. Disponível nos tamanhos P, M, G e GG. Considerando a participação de diversas equipes no campeonato, cada	1.824	CONJUNTO	R\$ 119,97	R\$ 218.825,28



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTÁ - RR
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÃO – DLC/PMC

	uma possuindo identidade visual própria, deverá ser prevista a confecção de artes individualizadas para cada equipe. As peças deverão respeitar o layout específico de cada time, conforme os modelos que serão disponibilizados pela Secretaria.				
5	JOGO DE COLETES: Poliéster, Modelo Aberto Lateralmente É Preso Por Elástico, Tamanho: Variados Uso: Esportivo Características Adicionais: Sem Bolso, com 10 unidades	183	JG	R\$ 179,85	R\$ 32.912,55
6	CHUTEIRAS: Sintético, Tipo: Futebol, Tipo de Trava Fixa , Tamanho , 36 ao 41	1.824	PAR	R\$ 144,59	R\$ 263.732,16
7	CANELEIRA: Polipropileno, Tipo Regulável, Características Adicionais : Revestimento Interno Em Eva, Uso: Prática Esportiva	1.824	PAR	R\$ 45,99	R\$ 83.885,76
VALOR TOTAL ESTIMADO					R\$ 691.423,29
VALOR POR EXTENSO - R\$ 691.423,29 (Seiscentos e noventa e um mil, quatrocentos e vinte e três reais e vinte e nove centavos)					
LOTE II – PREMIAÇÃO ESPORTIVA					
8	TROFÉU 80CM: confeccionado em polipropileno, com altura de 80 cm, dotado de base quadrada com tampa, destinado a premiações de honra ao mérito, garantindo resistência, durabilidade e apresentação adequada para solenidades e eventos esportivos ou institucionais.	4	UND	R\$ 266,33	R\$ 1.065,32
9	TROFÉU 60CM: confeccionado em polipropileno, com altura de 60 cm, dotado de base quadrada com tampa, destinado a premiações de honra ao mérito, garantindo resistência, durabilidade e apresentação adequada para solenidades e eventos esportivos ou institucionais.	4	UND	R\$ 181,23	R\$ 724,92
10	TROFÉU 50CM: confeccionado em polipropileno, com altura de 50 cm,	4	UND	R\$ 149,67	R\$ 598,68



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTÁ - RR
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÃO – DLC/PMC

	dotado de base quadrada com tampa, desenvolvido conforme o modelo solicitado, destinado a premiações de honra ao mérito, garantindo resistência, durabilidade e apresentação adequada para solenidades e eventos esportivos ou institucionais.				
11	MEDALHAS REDONDA FUNDIDA EM LIGA METÁLICA DE ZAMAC - BRONZE com 65mm de diâmetro espessura máxima de 2,5mm. Metalizada na cor BRONZE Suporte de fita com 2,5 cm de largura. A medalha pode vir acompanhada de fita de cetim nas cores, azul, amarela ou branca ou fita de gorgorão nas cores azul, amarela ou branca. Medalha na cor bronze.	108	UND	R\$ 14,96	R\$ 1.615,68
12	MEDALHAS REDONDA FUNDIDA EM LIGA METÁLICA DE ZAMAC - PRATA com 65mm de diâmetro espessura máxima de 2,5mm. Metalizada na cor PRATA. Suporte de fita com 2,5 cm de largura. A medalha pode vir acompanhada de fita de cetim nas cores, azul, amarela ou branca ou fita de gorgorão nas cores azul, amarela ou branca. Medalha na cor prata.	108	UND	R\$ 14,99	R\$ 1.618,92
13	MEDALHAS REDONDA FUNDIDA EM LIGA METÁLICA DE ZAMAC - DOURADO com 65mm de diâmetro espessura máxima de 2,5mm. Metalizada na cor DOURADA. Suporte de fita com 2,5 cm de largura. A medalha pode vir acompanhada de fita de cetim nas cores, azul, amarela ou branca ou fita de gorgorão nas cores azul, amarela ou branca. Medalha na cor dourado.	108	UND	R\$ 14,99	R\$ 1.618,92
14	FAIXA DE CETIM PARA MUSA DO CAMPEONATO: confeccionada em cetim, medindo aproximadamente 2,00	3	UND	R\$ 286,66	R\$ 859,98



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTÁ - RR
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÃO – DLC/PMC

	m (aberta) ou 1,00 m quando dobrada para uso transversal, com 15 cm de largura. Deverá possuir bordado personalizado frontal em até 2 cores (branco, amarelo) com texto conforme layout a ser fornecido pela Secretaria Municipal. Acompanha roseta em cetim com diâmetro aproximado de 10 a 12 cm, podendo conter logomarca institucional, com fixação por alfinete ou broche, e acabamento com franja ou costura reforçada nas extremidades nas cores azul, amarelo e branco.				
15	TROFÉU “CRAQUE DO CAMPEONATO” – FORMATO BOLA (PERSONALIZADO): Troféu personalizado “Craque do Campeonato”, confeccionado com estrutura principal em vidro temperado, acabamento dourado , com elemento superior em formato de bola de futebol estilizada, fixado sobre base rígida. Altura mínima: 30 cm. Com placa metálica personalizada. Personalização: inclusão de nome do campeonato; categoria da premiação (“Craque do Campeonato”). Arte/layout: de responsabilidade da contratada, mediante aprovação prévia da Secretaria requisitante antes da fabricação. Acabamento: superfície lisa; sem rebarbas; sem defeitos de pintura; com gravação permanente (laser, UV ou metal fotocorrosão). Embalagem individual protetiva inclusa.	3	UND	R\$ 222,06	R\$ 666,18
16	TROFÉU “MELHOR ARTILHEIRO” – FORMATO CHUTEIRA (PERSONALIZADO): Troféu personalizado “Melhor Artilheiro do Campeonato”, confeccionado com estrutura principal em vidro temperado, acabamento dourado , contendo elemento superior em	3	UND	R\$ 217,63	R\$ 652,89



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTÁ - RR
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÃO – DLC/PMC

	formato de chuteira estilizada, fixado sobre base rígida estruturada. Altura mínima: 30 cm. Contendo placa metálica personalizada, com gravação permanente contendo: nome do campeonato, identificação da premiação (“Melhor Artilheiro”). Arte/layout: de responsabilidade da contratada, mediante aprovação prévia da Secretaria requisitante antes da produção. Acabamento: superfície uniforme, ausência de rebarbas, pintura homogênea, gravação definitiva (laser, UV ou metal fotogravado). Fornecimento com embalagem individual protetiva.				
17	TROFÉU “MELHOR GOLEIRO” – FORMATO LUVA (PERSONALIZADO): Troféu personalizado “Melhor Goleiro do Campeonato”, confeccionado com estrutura principal em vidro temperado, acabamento dourado , contendo elemento superior em formato de luva de goleiro estilizada. Altura mínima: 30 cm. Contendo: placa metálica personalizada, nome do campeonato, identificação da premiação (“Melhor Goleiro”). Arte/layout: sob responsabilidade da contratada, mediante aprovação prévia da Secretaria requisitante. Gravação permanente com acabamento profissional. Embalagem individual protetiva inclusa.	3	UND	R\$ 220,74	R\$ 662,22
18	TROFÉU “EQUIPE FAIR PLAY” – FORMATO BOLA (PERSONALIZADO): Troféu personalizado “Equipe Fair Play”, confeccionado com estrutura principal em vidro temperado, acabamento dourado, contendo elemento superior em formato de bola de futebol estilizada, fixado sobre base	3	UND	R\$ 220,13	R\$ 660,39



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTÁ - RR
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÃO – DLC/PMC

	estruturada. Altura mínima: 30 cm. Contendo placa metálica personalizada, com gravação permanente contendo: nome do campeonato, identificação da premiação ("Equipe Fair Play"). Arte/layout: de responsabilidade da contratada, mediante aprovação prévia da Secretaria requisitante antes da produção. Acabamento: superfície uniforme, sem falhas estruturais, sem imperfeições visuais, gravação permanente e legível. Fornecimento com embalagem individual protetiva.				
19	TROFÉU "CRAQUE DO CAMPEONATO" – FORMATO BOLA (PERSONALIZADO): Troféu personalizado "Craque do Campeonato", confeccionado com estrutura principal em vidro temperado, acabamento prata , com elemento superior em formato de bola de futebol estilizada, fixado sobre base rígida. Altura mínima: 30 cm. Com placa metálica personalizada. Personalização: inclusão de nome do campeonato; categoria da premiação ("Craque do Campeonato"). Arte/layout: de responsabilidade da contratada, mediante aprovação prévia da Secretaria requisitante antes da fabricação. Acabamento: superfície lisa; sem rebarbas; sem defeitos de pintura; com gravação permanente (laser, UV ou metal fotocorrosão). Embalagem individual protetiva inclusa.	3	UND	R\$ 219,98	R\$ 659,94
20	TROFÉU "MELHOR ARTILHEIRO" – FORMATO CHUTEIRA (PERSONALIZADO): Troféu personalizado "Melhor Artilheiro do Campeonato", confeccionado com estrutura principal em vidro temperado, acabamento prata ,	3	UND	R\$ 192,98	R\$ 578,94



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTÁ - RR
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÃO – DLC/PMC

	contendo elemento superior em formato de chuteira estilizada, fixado sobre base rígida estruturada. Altura mínima: 30 cm. Contendo placa metálica personalizada, com gravação permanente contendo: nome do campeonato, identificação da premiação (“Melhor Artilheiro”). Arte/layout: de responsabilidade da contratada, mediante aprovação prévia da Secretaria requisitante antes da produção. Acabamento: superfície uniforme, ausência de rebarbas, pintura homogênea, gravação definitiva (laser, UV ou metal fotogravado). Fornecimento com embalagem individual protetiva.				
21	TROFÉU “MELHOR GOLEIRO” – FORMATO LUVA (PERSONALIZADO): Troféu personalizado “Melhor Goleiro do Campeonato”, confeccionado com estrutura principal em vidro temperado, acabamento prata , contendo elemento superior em formato de luva de goleiro estilizada. Altura mínima: 30 cm. Contendo: placa metálica personalizada, nome do campeonato, identificação da premiação (“Melhor Goleiro”). Arte/layout: sob responsabilidade da contratada, mediante aprovação prévia da Secretaria requisitante. Gravação permanente com acabamento profissional. Embalagem individual protetiva inclusa.	3	UND	R\$ 194,46	R\$ 583,38
22	TROFÉU “EQUIPE FAIR PLAY” – FORMATO BOLA (PERSONALIZADO): Troféu personalizado “Equipe Fair Play”, confeccionado com estrutura principal em vidro temperado, acabamento prata , contendo elemento superior em formato de bola de futebol	3	UND	R\$ 199,67	R\$ 599,01



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTÁ - RR
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÃO – DLC/PMC

	estilizada, fixado sobre base estruturada. Altura mínima: 30 cm. Contendo placa metálica personalizada, com gravação permanente contendo: nome do campeonato, identificação da premiação ("Equipe Fair Play"). Arte/layout: de responsabilidade da contratada, mediante aprovação prévia da Secretaria requisitante antes da produção. Acabamento: superfície uniforme, sem falhas estruturais, sem imperfeições visuais, gravação permanente e legível. Fornecimento com embalagem individual protetiva.				
23	TROFÉU "CRAQUE DO CAMPEONATO" – FORMATO BOLA (PERSONALIZADO): Troféu personalizado "Craque do Campeonato", confeccionado com estrutura principal em vidro temperado, acabamento bronze , com elemento superior em formato de bola de futebol estilizada, fixado sobre base rígida. Altura mínima: 30 cm. Com placa metálica personalizada. Personalização: inclusão de nome do campeonato; categoria da premiação ("Craque do Campeonato"). Arte/layout: de responsabilidade da contratada, mediante aprovação prévia da Secretaria requisitante antes da fabricação. Acabamento: superfície lisa; sem rebarbas; sem defeitos de pintura; com gravação permanente (laser, UV ou metal foto corrosão). Embalagem individual protetiva inclusa.	3	UND	R\$ 185,83	R\$ 557,49
24	TROFÉU "MELHOR ARTILHEIRO" – FORMATO CHUTEIRA (PERSONALIZADO): Troféu personalizado "Melhor Artilheiro do Campeonato", confeccionado com estrutura principal em vidro temperado, acabamento bronze ,	3	UND	R\$ 184,72	R\$ 554,16



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTÁ - RR
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÃO – DLC/PMC

	contendo elemento superior em formato de chuteira estilizada, fixado sobre base rígida estruturada. Altura mínima: 30 cm. Contendo placa metálica personalizada, com gravação permanente contendo: nome do campeonato, identificação da premiação (“Melhor Artilheiro”). Arte/layout: de responsabilidade da contratada, mediante aprovação prévia da Secretaria requisitante antes da produção. Acabamento: superfície uniforme, ausência de rebarbas, pintura homogênea, gravação definitiva (laser, UV ou metal fotogravado). Fornecimento com embalagem individual protetiva.				
25	TROFÉU “MELHOR GOLEIRO” – FORMATO LUVA (PERSONALIZADO): Troféu personalizado “Melhor Goleiro do Campeonato”, confeccionado com estrutura principal em vidro temperado, acabamento bronze , contendo elemento superior em formato de luva de goleiro estilizada. Altura mínima: 30 cm. Contendo: placa metálica personalizada, nome do campeonato, identificação da premiação (“Melhor Goleiro”). Arte/layout: sob responsabilidade da contratada, mediante aprovação prévia da Secretaria requisitante. Gravação permanente com acabamento profissional. Embalagem individual protetiva inclusa.	3	UND	R\$ 182,80	R\$ 548,40
26	TROFÉU “EQUIPE FAIR PLAY” – FORMATO BOLA (PERSONALIZADO): Troféu personalizado “Equipe Fair Play”, confeccionado com estrutura principal em vidro temperado, acabamento bronze , contendo elemento superior em formato de bola	3	UND	R\$ 195,00	R\$ 585,00



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTÁ - RR
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÃO – DLC/PMC

	de futebol estilizada, fixado sobre base estruturada. Altura mínima: 30 cm. Contendo placa metálica personalizada, com gravação permanente contendo: nome do campeonato, identificação da premiação (“Equipe Fair Play”). Arte/layout: de responsabilidade da contratada, mediante aprovação prévia da Secretaria requisitante antes da produção. Acabamento: superfície uniforme, sem falhas estruturais, sem imperfeições visuais, gravação permanente e legível. Fornecimento com embalagem individual protetiva.				
VALOR TOTAL ESTIMADO					R\$ 15.410,42
VALOR POR EXTENSO - R\$ 15.410,42 (quinze mil, quatrocentos e dez reais e quarenta e dois centavos)					
CATEGORIA III – MATERIAL GRÁFICO					
27	CONFEÇÃO DE FAIXA DE DIVULGAÇÃO DE TORNEIO: Prestação de serviço de confecção de faixa personalizada para divulgação do torneio, produzida em lona, com impressão colorida de alta qualidade, contendo ilhós para fixação. Dimensões aproximadas de 2,0 m de altura por 5,0 m de largura. A criação da arte será de responsabilidade da contratada, mediante aprovação prévia da Secretaria competente. Inclui produção, entrega com todos os custos inclusos, sem ônus adicional para o Município.	1	UND	R\$ 1.025,11	R\$ 1.025,11
28	CONFEÇÃO DE BANNERS: Prestação de serviço de confecção de banner personalizado para divulgação do evento esportivo, produzido em lona, com impressão colorida de alta qualidade, contendo acabamento ou suporte adequado para fixação. Dimensões aproximadas de 1,30 m de	15	UND	R\$ 147,24	R\$ 2.208,60



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTÁ - RR
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÃO – DLC/PMC

altura por 0,90 m de largura. A criação da arte será de responsabilidade da contratada, mediante aprovação prévia da Secretaria competente. Inclui produção, entrega com todos os custos inclusos, sem ônus adicional para o Município.				
VALOR TOTAL ESTIMADO				R\$ 3.233,71
VALOR POR EXTENSO - R\$ 3.233,71 (três mil, duzentos e trinta e três reais e setenta e um centavos)				

LOTE IV –ESTRUTURA DO EVENTO					
29	LOCAÇÃO DE PAINEL BACKDROP COM LONA E DECORAÇÃO COM BALÕES - Prestação de serviço de locação de painel tipo backdrop, incluindo fornecimento da estrutura completa, bem como a confecção da lona personalizada, transporte, montagem, instalação, manutenção durante o evento e desmontagem, com dimensões aproximadas de 2,00 m (altura) x 3,00 m (largura), composto por estrutura metálica ou material equivalente de alta resistência, adequado para utilização em ambientes internos e externos. O serviço deverá contemplar a confecção, impressão e instalação da lona personalizada, com impressão colorida de alta qualidade, a criação da arte será de responsabilidade da contratada, mediante aprovação prévia da Secretaria competente. Inclui produção, transporte, instalação, com todos os custos inclusos, sem ônus adicional para o Município, contendo ilhós para fixação, nas dimensões aproximadas de 2,00 m x 3,00 m. A montagem deverá incluir tanto a estrutura do backdrop quanto a fixação da lona, garantindo estabilidade, segurança e adequado acabamento visual.	6	DIÁRIA	R\$ 1.320,34	R\$ 7.922,04



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTÁ - RR
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÃO – DLC/PMC

	DECORAÇÃO COM BALÕES: decoração com balões em látex ou material equivalente de alta qualidade, nas cores azul, branco e amarelo, tamanho nº 9, dispostos ao redor do painel backdrop, formando arco decorativo ou composição ornamental lateral e superior, garantindo acabamento estético harmonioso, fixação segura e adequada ambientação do espaço.				
30	<p>LOCAÇÃO DE PALCO C/ FORNECIMENTO DE APRESENTAÇÃO PIROTÉCNICA COM FOGOS DE ARTIFÍCIO SEM ESTAMPIDO: prestação de serviço de locação, montagem, desmontagem e transporte de palco para eventos culturais, esportivos ou institucionais, medindo aproximadamente 6 m x 6 m, com altura mínima de 1,10 m, estrutura metálica resistente, piso em compensado naval ou material equivalente com espessura mínima de 18 mm, suportando carga aproximada de 300 kg/m². O palco deverá possuir cobertura em lona impermeável, podendo conter fechamento lateral e de fundo, além de escada de acesso com piso antiderrapante e corrimão, garantindo segurança aos usuários. O serviço inclui fornecimento de todos os materiais, equipamentos, transporte, montagem e desmontagem da estrutura, com execução por profissional habilitado e emissão de ART ou documento equivalente, quando aplicável.</p> <p>APRESENTAÇÃO PIROTÉCNICA com fogos de artifício sem estampido, com duração aproximada de até 3 minutos, compreendendo fornecimento dos artefatos, instalação do sistema de</p>	6	DIÁRIA	R\$ 7.625,67	R\$ 45.754,02



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTÁ - RR
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÃO – DLC/PMC

	disparo e execução por profissional habilitado, observando todas as normas de segurança e exigências dos órgãos competentes, sendo de responsabilidade da contratada todos os custos e encargos necessários à execução do serviço.				
31	LOCAÇÃO DE ARQUIBANCADAS: Locação de arquibancada modular metálica, com cobertura, medindo 20 (vinte) metros de extensão, composta por 08 (oito) degraus, dotada de proteção frontal e laterais, com capacidade aproximada para 400 (quatrocentas) pessoas sentadas, destinada à utilização em eventos esportivos, o serviço deverá incluir montagem, desmontagem e transporte da estrutura, com apresentação de ART ou RRT do responsável técnico pela montagem da estrutura, quando exigido pelas normas técnicas.	6	DIÁRIA	R\$ 9.079,67	R\$ 54.478,02
32	LOCAÇÃO DE TENDA: tenda medindo 5 m x 5 m, com altura mínima de 3 m, composta por estrutura metálica galvanizada e cobertura em lona impermeável e resistente, adequada para utilização em eventos institucionais, esportivos, culturais ou comemorativos. O serviço deverá incluir transporte, montagem, fixação e desmontagem da estrutura, garantindo estabilidade, segurança e adequado acabamento.	72	DIÁRIA	R\$ 1.178,42	R\$ 84.846,24
33	BANHEIRO QUIMICO: Locação de banheiro químico portátil, incluindo entrega e instalação no local do evento, manutenção preventiva durante o período de uso, e retirada ao término da utilização, garantindo condições adequadas de higiene, praticidade e conforto ao público.	72	DIÁRIA	R\$ 958,91	R\$ 69.041,52



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTÁ - RR
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÃO – DLC/PMC

VALOR TOTAL ESTIMADO	R\$ 262.041,84
VALOR POR EXTENSO - R\$ 262.041,84 (Duzentos e sessenta e dois mil, quarenta e um reais e oitenta e quatro centavos)	

LOTE V: SONORIZAÇÃO					
34	LOCAÇÃO DE SISTEMA DE SONORIZAÇÃO DE PEQUENO PORTE: adequado para eventos esportivos, composto no mínimo por: <ul style="list-style-type: none">• 01 mesa de som digital ou analógica com mínimo de 16 canais;• 02 caixas acústicas ativas ou passivas com potência mínima aproximada de 1.000 W cada;• 01 caixa de retorno (monitor) para operador ou locutor;• 02 microfones tipo bastão com fio ou sem fio;• cabos, pedestais e demais acessórios necessários ao funcionamento do sistema;	6	DIÁRIA	R\$ 4.423,45	R\$ 26.540,70
35	LOCAÇÃO DE KIT 2 CAIXA DE SOM: Acústica 400w + Tripé Cor Preto Tipo de alto-falante: woofer, Adequado para uso ao ar livre. Possui conectividade Bluetooth. Resposta mínima de frequência de 55Hz e máxima de 18kHz. Potência de 400W.com um microfone de acessório.com um suporte.	72	DIÁRIA	R\$ 675,33	R\$ 48.623,76
VALOR TOTAL ESTIMADO					R\$ 75.164,46
VALOR POR EXTENSO - R\$ 75.164,46 (setenta e cinco mil, cento e sessenta e quatro reais e quarenta e seis centavos)					

LOTE VI: COMUNICAÇÃO DO EVENTO					
36	OPERADOR TÉCNICO DE SOM: prestação de serviço especializado para montagem, configuração, operação e desmontagem de sistema	6	DIÁRIA	R\$ 753,33	R\$ 4.519,98



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTÁ - RR
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÃO – DLC/PMC

	de sonorização durante eventos institucionais ou esportivos. O profissional deverá possuir conhecimento técnico para operação de equipamentos de áudio, incluindo mesa de som, caixas acústicas, microfones, cabos e amplificadores, sendo responsável pela instalação do sistema, realização de testes prévios, operação durante todo o evento e desmontagem ao término, assegurando qualidade, estabilidade e clareza na reprodução sonora.				
37	SERVIÇO DE LOCUÇÃO ESPORTIVA (NARRADOR): Prestação de serviço de locução esportiva, compreendendo a atuação de profissional responsável pela narração ao vivo de partidas ou competições esportivas, incluindo apresentação das equipes participantes, jogadores, arbitragem, divulgação de informações ao público presente, narração dos lances da partida, comunicação de resultados, avisos institucionais e condução geral do evento esportivo. O serviço deverá ser executado por profissional com experiência em narração esportiva, utilizando sistema de sonorização disponibilizado no local do evento, com atuação durante toda a duração da partida ou programação esportiva. O serviço deverá incluir todas as despesas com transporte, alimentação.	72	DIÁRIA	R\$ 953,87	R\$ 68.678,64
38	CRIADOR DE CONTEÚDO PARA REDES SOCIAIS: prestação de serviço de produção de conteúdo digital durante a realização do evento esportivo, sendo responsável por acompanhar os jogos, registrar imagens e vídeos, bem como produzir material	72	DIÁRIA	R\$ 916,23	R\$ 65.968,56



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTÁ - RR
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÃO – DLC/PMC

	informativo e visual relacionado às etapas da competição, resultados, destaques e demais acontecimentos do evento. O serviço deverá contemplar a criação de layouts gráficos, flyers de divulgação e produção de vídeos institucionais ou promocionais do evento, destinados à divulgação nas redes sociais oficiais. Todo o material produzido deverá ser submetido previamente à apreciação e aprovação da Secretaria responsável pelo evento, antes de sua utilização ou divulgação. A prestação do serviço deverá incluir todas as despesas de transporte, alimentação.				
39	GESTOR DE PUBLICAÇÃO EM REDES SOCIAIS: Prestação de serviço de gestão e divulgação de conteúdo em redes sociais, sendo responsável por publicar, atualizar e divulgar as informações, resultados e conteúdos produzidos durante o evento, garantindo a comunicação com o público e a adequada divulgação das etapas da competição. O profissional deverá realizar postagens em tempo oportuno, organizar as informações publicadas e manter a atualização das redes sociais oficiais durante toda a programação do evento. O serviço deverá incluir todas as despesas de transporte, alimentação.	72	DIÁRIA	R\$ 462,30	R\$ 33.285,60
VALOR TOTAL ESTIMADO					R\$ 172.452,78
VALOR POR EXTENSO - R\$ 172.452,78 (Cento e setenta e dois mil, quatrocentos e cinquenta e dois reais e setenta e oito centavos)					

LOTE VII: ORGANIZAÇÃO E ARBITRAGEM					
40	SERVIÇO DE ORGANIZAÇÃO, PLANEJAMENTO E GERENCIAMENTO DE	1	SERVIÇO	R\$ 3.716,67	R\$ 3.716,67



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTÁ - RR
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÃO – DLC/PMC

	CAMPEONATO ESPORTIVO: Prestação de serviço especializado para organização geral do campeonato, compreendendo o planejamento, coordenação e execução de todas as etapas necessárias à realização do evento esportivo. O serviço deverá incluir: elaboração do regulamento oficial da competição; confecção e organização das tabelas de jogos; elaboração e controle de súmulas das partidas; realização de reuniões técnicas com as equipes participantes; definição e organização da escala de arbitragem; acompanhamento da execução dos jogos; controle de resultados e classificação; bem como todas as demais atividades operacionais e administrativas indispensáveis ao adequado desenvolvimento do campeonato. A contratada deverá prestar suporte técnico durante todos os campeonatos, garantindo a organização e o cumprimento das regras, incluindo todas as despesas com locomoção, transporte, alimentação e demais custos necessários, sem ônus para o município, abrangendo até 355 jogos em todas as fases.				
41	SERVIÇO DE ARBITRAGEM: prestação de serviço de arbitragem principal em partidas de futebol de campo, composto por 02 (dois) árbitros, responsáveis por aplicar e fazer cumprir as regras oficiais do jogo, conduzir a partida, interpretar e sancionar infrações, validar gols, marcar faltas, pênaltis, impedimentos. O serviço deverá incluir todas as despesas com transporte, alimentação.	72	DIÁRIA	R\$ 427,97	R\$ 30.813,84
42	ASSISTENTE DE ARBITRAGEM (BANDEIRINHA) E ANOTADOR / MESÁRIO DE PARTIDA: prestação de serviços de apoio à arbitragem em partidas de futebol de campo, composta por 02 (dois)	72	DIÁRIA	R\$ 301,67	R\$ 21.720,24



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTÁ - RR
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÃO – DLC/PMC

assistentes de arbitragem (bandeirinhas) e 01 (um) anotador/mesário de partida. Os assistentes de arbitragem serão responsáveis por auxiliar o árbitro principal na condução da partida. O anotador/mesário será responsável pelo registro e controle das ocorrências da partida, incluindo o preenchimento da súmula, anotação de gols, substituições, advertências, expulsões e demais eventos relevantes do jogo, atuando em apoio à equipe de arbitragem e à organização do evento. O serviço deverá incluir todas as despesas com transporte, alimentação.			
VALOR TOTAL ESTIMADO			R\$ 56.250,75
VALOR POR EXTENSO - R\$ 56.250,75 (Cinquenta e seis mil, duzentos e cinquenta reais e setenta e cinco centavos)			

VALOR TOTAL ESTIMADO DAS CATEGORIAS I, II, III, IV, V, VI e VII	R\$ 1.275.977,25
VALOR POR EXTENSO - R\$ 1.275.977,25 (Um milhão, duzentos e setenta e cinco mil, novecentos e setenta e sete reais e vinte e cinco centavos)	

13. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

13.1 O adjudicatário terá o prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato. Nota de Empenho sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

13.2 O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

13.3 O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

13.4 referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;

13.5 o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital, no Termo de Referência e em seus anexos.

14. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

14.1 O prazo de vigência da contratação será de **12 (doze) meses**, contados a partir da assinatura do contrato, período estimado como suficiente para a execução integral das atividades previstas no calendário esportivo municipal, compreendendo o fornecimento de materiais, prestação de serviços e locação de estruturas necessárias à realização dos campeonatos.

14.2 O prazo de vigência poderá ser automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período inicialmente firmado, nos termos do art. 111



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTÁ - RR
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÃO – DLC/PMC

da Lei nº 14.133/2021, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa da contratada, devidamente apurada em processo administrativo.

14.3 Eventuais prorrogações contratuais poderão ocorrer, quando tecnicamente justificadas e vantajosas para a Administração, observadas as disposições dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

15. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. O valor estimado da contratação é de **R\$ 1.275.977,25 (um milhão, duzentos e setenta e cinco mil, novecentos e setenta e sete reais e vinte e cinco centavos)**, sendo:

- **R\$ 907.433,03 (novecentos e sete mil, quatrocentos e trinta e três reais e três centavos)** provenientes de transferências especiais oriundas de emendas parlamentares estadual e federais, de autoria dos Deputados **Rarison Barbosa, Nicoletti e Jhonatan de Jesus**; e
- **R\$ 368.544,22 (trezentos e sessenta e oito mil, quinhentos e quarenta e quatro reais e vinte e dois centavos)** provenientes de **contrapartida municipal**, custeados com recursos próprios do Município, conforme disponibilidade orçamentária da Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.

15.2 A presente contratação será custeada com recursos oriundos de transferências especiais provenientes de emendas parlamentares, devidamente consignados no orçamento municipal, vinculados à Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer, conforme detalhamento abaixo:

EMENDA PARLAMENTAR FEDERAL nº 202541640001- Deputado Federal Nicoletti-

Órgão: Prefeitura Municipal de Cantá/RR

Unidade: 02.05 – Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer

Subunidade: 020500 – Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer

Exercício: 2026

Programa de Atividade: 27.812.2105.2011.0000 – Gestão do Incentivo ao Esporte

Fonte de Recursos: 1.706.3110 – Transferência Especial da União

Natureza da Despesa: 3.3.90.30.00 – Material de Consumo

Tipo de empenho: ORDINÁRIO

Observações: Os recursos oriundos da Emenda Parlamentar Federal nº **202541640001**, de autoria do Deputado Federal **Nicoletti**, no valor total de **R\$ 392.433,03 (trezentos e noventa e dois mil, quatrocentos e trinta e três reais e três centavos)**, serão aplicados na execução dos seguintes lotes:

I – Aquisição de materiais esportivos, no valor de R\$ 382.557,70 (trezentos e oitenta e dois mil, quinhentos e cinquenta e sete reais e setenta centavos);

II – Premiação esportiva (itens 08 a 13), no valor de R\$ 9.875,33 (nove mil, oitocentos e setenta e cinco reais e trinta e três centavos).

RECURSO PRÓPRIO – CONTRAPARTIDA MUNICIPAL

Órgão: Prefeitura Municipal de Cantá/RR

Unidade: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer

Programa de Atividade: 27.812.2105.2011.0000 – Gestão do Incentivo ao Esporte



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTÁ - RR
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÃO – DLC/PMC

Fonte: 1.500.0000.100.107 – Recursos Próprios

Natureza da despesa: 3.3.90.30.00 – (material de consumo)

Tipo de empenho: ORDINÁRIO

Observações: A contrapartida municipal, no valor total de **R\$ 306.232,70 (trezentos e seis mil, duzentos e trinta e dois reais e setenta centavos)**, refere-se à complementação financeira destinada à execução das ações custeadas com recursos oriundos da **Emenda Parlamentar Federal nº 202541640001**, de autoria do **Deputado Federal Nicoletti**, distribuída entre os seguintes lotes: I – **Aquisição de materiais esportivos.**

EMENDA PARLAMENTAR FEDERAL nº 202226700002- Deputado Federal Jhonatan de Jesus

Órgão: Prefeitura Municipal de Cantá/RR

Unidade: 02.05 – Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer

Subunidade: 020500 – Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer

Exercício: 2026

Programa de Atividade: 27.812.2105.2011.0000 – Gestão do Incentivo ao Esporte

Fonte de Recursos: 1.706.3110- Transferência Especial da União.

Natureza da Despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo;

Tipo de empenho: ORDINÁRIO (Meta 02)

Natureza da Despesa: 3.3.90.39.00 – Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Tipo de empenho: GLOBAL (Metas 01 e 03)

Observações: Os recursos oriundos da Emenda Parlamentar Federal nº 202226700002, de autoria do Deputado Federal **Jhonatan de Jesus**, no valor total de **R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais)**, serão aplicados na execução dos seguintes lotes:

I – Estrutura do evento esportivo (itens 30, 31 e 33) — Meta 01, no valor de R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais), acrescidos de R\$ 31.018,18 (trinta e um mil, dezoito reais e dezoito centavos) provenientes de remanejamento de saldos das Metas 02 e 03;

II – Premiação esportiva (itens 14 a 26) — Meta 02, no valor de R\$ 8.167,98 (oito mil, cento e sessenta e sete reais e noventa e oito centavos), dentro do limite de R\$ 35.000,00 previsto no plano de trabalho;

III – Arbitragem esportiva (item 41) — Meta 03, no valor de R\$ 30.813,84 (trinta mil, oitocentos e treze reais e oitenta e quatro centavos), dentro do limite de R\$ 35.000,00 previsto no plano de trabalho.

RECURSO PRÓPRIO — CONTRAPARTIDA MUNICIPAL

Órgão: Prefeitura Municipal de Cantá/RR

Unidade: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer

Programa de Atividade: 27.812.2105.2011.0000 – Gestão do Incentivo ao Esporte

Fonte: 1.500.0000.100.107 – Recursos Próprios

Natureza da despesa: 3.3.90.39.00 – (serviço)

Tipo de empenho: GLOBAL (Meta 01)



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTÁ - RR
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÃO – DLC/PMC

Observações: A contrapartida municipal no valor de **R\$ 8.255,37 (oito mil, duzentos e cinquenta e cinco reais e trinta e sete centavos)** refere-se à complementação financeira vinculada à execução da **Meta 01 — Estrutura do evento esportivo (item 33)**, parcialmente custeada com recursos oriundos da Emenda Parlamentar Federal nº 202226700002, de autoria do Deputado Federal Jhonatan de Jesus.

EMENDA PARLAMENTAR ESTADUAL nº 129- Deputado Estadual Rarison Barbosa

Órgão: Prefeitura Municipal de Cantá/RR

Unidade: 02.05 – Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer

Subunidade: 020500 – Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer

Exercício: 2026

Programa de Atividade: 27.812.2105.2011.0000 – Gestão do Incentivo ao Esporte

Fonte de Recursos: 1.710.3210 – Transferência Especial Estadual

Natureza da Despesa: 3.3.90.39.00 – Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Tipo de empenho: Global

Observações Os recursos oriundos da **Emenda Parlamentar Estadual nº 129**, de autoria do Deputado Estadual **Rarison Barbosa**, no valor total de **R\$ 315.000,00 (trezentos e quinze mil reais)**, serão aplicados na execução dos seguintes lotes:

III – Material gráfico (itens 27 e 28): R\$ 3.233,71 (três mil, duzentos e trinta e três reais e setenta e um centavos);

IV – Estrutura do evento (itens 29 e 32): R\$ 92.768,28 (noventa e dois mil, setecentos e sessenta e oito reais e vinte e oito centavos);

V – Sonorização (itens 34 e 35): R\$ 75.164,46 (setenta e cinco mil, cento e sessenta e quatro reais e quarenta e seis centavos);

VI – Comunicação institucional do evento (itens 36 a 39): R\$ 143.833,55 (cento e quarenta e três mil, oitocentos e trinta e três reais e cinquenta e cinco centavos).

RECURSO PRÓPRIO — CONTRAPARTIDA MUNICIPAL

Órgão: Prefeitura Municipal de Cantá/RR

Unidade: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer

Programa de Atividade: 27.812.2105.2011.0000 – Gestão do Incentivo ao Esporte

Fonte: 1.500.0000.100.107 – Recursos Próprios

Natureza da despesa: 3.3.90.39.00 – Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Tipo de empenho: Global

Observações: A contrapartida municipal no valor de **R\$ 54.056,15 (cinquenta e quatro mil, cinquenta e seis reais e quinze centavos)** refere-se à complementação financeira necessária à execução integral da categoria **Comunicação institucional do evento (itens 39)**, parcialmente custeada com recursos oriundos da **Emenda Parlamentar Estadual nº 129**, de autoria do Deputado Estadual **Rarison Barbosa**. Adicionalmente:

V – Estrutura do evento esportivo (item 39): R\$ 28.619,23 (vinte e oito mil, seiscentos e dezenove reais e vinte e três centavos);

VI – Arbitragem e organização (itens 40 e 42): R\$ 25.436,92 (vinte e cinco mil, quatrocentos e



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTÁ - RR
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÃO – DLC/PMC

trinta e seis reais e noventa e dois centavos).

16. DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1 A contratação será considerada extinta quando cumpridas, pelas partes, todas as obrigações pactuadas, mesmo que tal cumprimento ocorra antes do prazo estipulado para a vigência contratual.

16.2 Caso as obrigações não sejam cumpridas no prazo inicialmente previsto, a vigência poderá ser prorrogada até a conclusão integral do objeto, devendo a Administração, nesse caso, providenciar a readequação do cronograma da contratação.

16.3 O Município de Cantá-RR reserva-se o direito de impugnar o fornecimento prestado, no todo ou em parte, caso este não esteja em conformidade com as especificações constantes deste Termo de Referência ou das condições contratuais.

16.4 Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, com base nas disposições da Lei nº 14.133/2021 e demais normas federais aplicáveis, podendo-se recorrer, de forma subsidiária, à Lei nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor – e aos princípios gerais dos contratos administrativos.

16.5 Eventuais alterações contratuais observarão o disposto nos arts. 124 a 137 da Lei nº 14.133/2021.

16.6 O Contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições pactuadas, as alterações quantitativas que se fizerem necessárias, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

16.7 As supressões contratuais poderão exceder o limite referido no item anterior, quando resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes, conforme disposto no art. 125, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

16.8 As alterações contratuais deverão ser formalizadas por meio de termo aditivo, submetido à prévia manifestação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada urgência devidamente motivada, hipótese em que a formalização poderá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês, conforme art. 125, §2º, da Lei nº 14.133/2021.

16.9 Modificações contratuais que não alterem o conteúdo substancial do contrato, tais como ajustes de referências administrativas, poderão ser formalizadas por apostila, dispensando-se a celebração de termo aditivo, nos termos do art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

16.10 Fica eleito o foro da Comarca de Boa Vista/RR para dirimir quaisquer conflitos oriundos da presente contratação, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Cantá/RR, 16 de abril de 2026.

KAIO DE SOUZA FIRMINO

Cargo: Monitor de Esporte

Unidade Requisitante: Secretário Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTÁ - RR
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÃO – DLC/PMC

APROVADO POR:

GILSON DA SILVA PONTES
Secretário Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer
Prefeitura Municipal de Cantá/RR

ANEXO II - MODELO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO

A empresa _____, com sede à _____ na cidade de _____, C.N.P.J. nº _____, por seu representante legal abaixo identificado, CREDENCIA o(a) Sr.(a) _____, (CARGO), portador(a) do R.G. nº _____ e C.P.F. nº _____ para representá-la perante ao DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÃO, nos atos relacionados ao PREGÃO PRESENCIAL nº ____/2026, podendo para tanto formular proposta de preços, manifestar intenção de interpor ou desistir de recursos, requerer o registro em ata das observações que entender relevantes, concordar, discordar, transigir, desistir, firmar compromissos, requerer, alegar e assinar o que convier e, de modo geral, praticar todos os atos necessários e inerentes ao certame.



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTÁ - RR
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÃO – DLC/PMC

Cidade/UF, ____ de ____ de 2026.

Assinatura Manuscrita Identificável do Representante Legal de empresa (Titular)
(n.º da carteira de identidade com indicação do órgão expedidor)

Obs.: O Termo de Credenciamento deverá ser acompanhado de cópia AUTENTICADA do documento de identidade do credenciado e de cópia AUTENTICADA do respectivo estatuto ou contrato social, e suas alterações devidamente registradas na Junta Comercial ou no órgão competente. Será aceito também, a apresentação nesta fase, dos originais dos documentos acima citados, para conferência pela EQUIPE DE APOIO

OBSERVAÇÃO IMPORTANTE:

a) Encartar esta Declaração Junto ao Credenciamento, ou seja, fora do Envelope

ANEXO III - MODELO DE PROCURAÇÃO

REF.: PREGÃO PRESENCIAL N.º ____/2026

____(empresa)____, com sede __ (endereço)__, inscrita no CNPJ sob o número_____,
por seu (sua) representante legal abaixo-assinado, credencia o(a) Senhor(a)
_____, inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda
(CPF) sob o número, portador(a) da Carteira de Identidade (RG) n.º _____, para representá-la
junto ao MUNICÍPIO DE CANTÁ nos atos relacionados com a PREGÃO PRESENCIAL nº ____/2026,
podendo para tanto impugnar documentos e propostas de outros participantes, requerer o registro
em ata das observações que entender relevantes, manifestar intenção de interpor ou desistir de



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTÁ - RR
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÃO – DLC/PMC

recursos, assinar lista de presença e atas, rubricar páginas de propostas e documentos, concordar, discordar, transigir, desistir, firmar compromissos, requerer, alegar e assinar o que convier, pedir informações e, de um modo geral, praticar todos os atos necessários e implícitos ao fiel, perfeito e cabal desempenho do presente credenciamento.

Cidade/UF, ____ de _____ de 2026.

Assinatura Manuscrita Identificável do Representante Legal de empresa (Titular)
(n.º da carteira de identidade com indicação do órgão expedidor)



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTÁ - RR
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÃO – DLC/PMC

ANEXO IV - DA CAPACIDADE ECONÔMICA E FINANCEIRA

(Este modelo deverá ser transcrito na forma e na íntegra, em papel impresso da empresa)

A capacidade econômica e financeira das empresas licitantes será avaliada mediante exame dos seguintes indicadores, computados a partir das informações contábeis contidas no subitem 8.5.13.2 e demais subitens do Edital, conforme fórmula abaixo:

Índice de Liquidez Corrente ILC

Ativo Circulante = AC

Passivo Circulante = PC ILC = AC / PC

Índice de Liquidez Geral ILG

Circulante = AC

Passivo Circulante = PC Realizável a Longo Prazo = RLP Exigível a Longo Prazo = ELP ILG = $(AC + RLP) / (PC + ELP)$

Solvência Geral SG

Ativo Total = AT Passivo Circulante =

PC Exigível a Longo Prazo = ELP SG = $(AT) / (PC + ELP)$

NOTA EXPLICATIVA DO CONTADOR DE QUE A LICITANTE ATENDE AO SUBITEM 8.5.13.2 E DEMAIS SUBITENS DO EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL nº ____/2026.

O conjunto Completo das Demonstrações Contábil na qual as empresas são obrigadas a cumprir (Na forma da Lei) inclui especificadamente às Notas Explicativas, ou seja, sua apresentação é obrigatória no Balanço Patrimonial e no Processo Licitatório. Portanto qualquer omissão aos Subitens do item 3.17 da Resolução 1.255/2009, é passível de Inabilitação no certame licitatório.

Cidade/UF, ____ de _____ de 2026.

Assinatura Manuscrita Identificável do Profissional
CRC/Nº XXXX



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTÁ - RR
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÃO – DLC/PMC

ANEXO V- MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

(Este modelo deverá ser transcrito na forma e na íntegra, em papel impresso da empresa)

REF.: PREGÃO PRESENCIAL Nº ____/2026

Na qualidade de representante legal da empresa ____ (razão social) ____, inscrita no CNPJ (MF) sob o n.º ____, com sede localizada na ____, declaro, sob as penas da Lei que até a presente data, inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente Processo Licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar as ocorrências posteriores.

Cidade/UF, ____ de ____ de 2026.

Assinatura Manuscrita Identificável do Representante Legal de empresa
(n.º da carteira de identidade com indicação do órgão expedidor)

OBS.: A DLC verificará a situação das empresas no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, por meio de acesso ao Portal da Transparência, sob pena de inabilitação da mesma no processo licitatório.



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTÁ - RR
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÃO – DLC/PMC

ANEXO VI- MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO EMPREGO DE MENOR

(Este modelo deverá ser transcrito na forma e na íntegra, em papel impresso da empresa)

REF.: PREGÃO PRESENCIAL Nº ____/2026

Na qualidade de representante legal da empresa ____ (razão social)____ inscrita no CNPJ (MF) sob o n.º_____, com sede localizada na _____, declaro, para efeito de habilitação no PREGÃO PRESENCIAL Nº ____/2026– DLC, que não há, no quadro de pessoal da referida empresa, empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e, de 16 (dezesseis) anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7.º da Constituição Federal.

Cidade/UF, ____ de _____ de 2026.

Assinatura Manuscrita Identificável do Representante Legal de empresa
(n.º da carteira de identidade com indicação do órgão expedidor)



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTÁ - RR
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÃO – DLC/PMC

**ANEXO VII - MODELO DE DECLARAÇÃO DE TRABALHO DE EMPREGADO SEM VÍNCULO COM A
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTÁ E RESPONSÁVEL PELA LICITAÇÃO.**

REF.: PREGÃO PRESENCIAL Nº ____/2026

Na qualidade de representante legal da empresa _____, inscrita no CNPJ (MF) sob o n.º _____, com sede localizada na _____, declaro, para efeito de habilitação no PREGÃO PRESENCIAL Nº ____/2026, que não há, no quadro de pessoal da referida empresa, empregado(s) que seja (m) cônjuge, companheiro ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de funcionários vinculados ao MUNICÍPIO DE CANTÁ.

Cidade/UF, ____ de _____ de 2026.

Assinatura Manuscrita Identificável do Representante Legal de empresa
(n.º da carteira de identidade com indicação do órgão expedidor)



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTÁ - RR
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÃO – DLC/PMC

ANEXO VIII - DECLARAÇÃO DE QUE CUMPRE AS EXIGÊNCIAS DE RESERVA DE CARGO

(Este modelo deverá ser transcrito na forma e na íntegra, em papel impresso da empresa)

REF.: PREGÃO PRESENCIAL Nº ____/2026

Na qualidade de representante legal da empresa ____ (razão social) ____ inscrita no CNPJ (MF) sob o n.º_____, com sede localizada na _____, declaro, sob as penas da lei o devido cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

Cidade/UF, ____ de _____ de 2026.

Assinatura Manuscrita Identificável do Representante Legal de empresa
(n.º da carteira de identidade com indicação do órgão expedidor)



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTÁ - RR
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÃO – DLC/PMC

ANEXO IX- MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº: ____/2026- PMC

PREGÃO PRESENCIAL Nº ____/2026

ABERTURA DIA: / /2026

HORÁRIO:

OBJETO:

IDENTIFICAÇÃO DO LICITANTE:

Nome Fantasia:		
Razão Social:		
CNPJ:	Optante pelo SIMPLES? (Sim/Não)	
Endereço completo:		
Telefone:		
E-mail:		
Banco:	Nº da agência bancária:	Conta n.º
Dados do Representante Legal	Nome:	
	Endereço:	
	E-mail:	RG:
	Telefone:	CPF:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QTD	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)	PREÇO TOTAL POR EXTENSO
TRANSCREVER TODOS OS ITENS/LOTE DE ACORDO COM A PLANILHA CONSTANTE DO TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO I DO EDITAL						
VALOR TOTAL DA PROPOSTA: R\$ 00.000,00 (valor total por extenso)						

DECLARAMOS,

1. O preenchimento das seguintes informações: descrição detalhada do objeto.
2. O prazo de validade **MÍNIMO** da proposta é de **90 (noventa) dias**, contados a partir da data de sua apresentação e excluídos os prazos recursais previstos na legislação em vigor.
3. Nos preços fornecidos consideram-se incluídas todas as despesas, inclusive as de escritório, expediente, fretes, descargas, seguros, fornecimento de mão-de-obra, prestação de garantia de



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTÁ - RR
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÃO – DLC/PMC

fábrica e assistência técnica, materiais, máquinas e equipamentos necessários, tributos, encargos de leis sociais, e quaisquer outras despesas acessórias e necessárias não especificadas neste edital, relativas ao objeto desta licitação, sendo de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração dos mesmos, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4. Temos capacidade técnico-operacional para prestar o fornecimento dos produtos/serviços para os quais apresentamos nossa proposta.

Declaramos ainda estarmos de acordo e cientes com todas as exigências estipuladas no edital.

Cidade/UF, ____ de _____ de 2026.

Assinatura Manuscrita Identificável do Representante Legal de empresa
(n.º da carteira de identidade com indicação do órgão expedidor)



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTÁ - RR
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÃO – DLC/PMC

ANEXO X- MODELO DE DECLARAÇÃO QUE SUA PROPOSTA ECONÔMICA COMPREENDE A INTEGRALIDADE DOS CUSTOS

AO MUNICÍPIO DE CANTÁ
PROCESSO LICITATÓRIO nº ____/2026
PREGÃO PRESENCIAL Nº ____/2026
OBJETO:
ABERTURA DIA: / /2026. HORÁRIO: : min.

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o n.º _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da identidade n.º _____ e do CPF n.º _____, sob as penas da Lei, que o licitante (nome empresarial), interessado em participar do Pregão Presencial nº / , Processo nº / , declara de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes.

Cidade/UF, ____ de _____ de 2026.

Assinatura Manuscrita Identificável do Representante Legal de empresa
(n.º da carteira de identidade com indicação do órgão expedidor)

OBSERVACAO IMPORTANTE:

Encartar esta Declaração Junto ao Envelope nº. 02 – “PROPOSTA DE PREÇOS”.



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTÁ - RR
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÃO – DLC/PMC

ANEXO XI - INFORMAÇÕES PARA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO

1. DADOS DA EMPRESA

RAZÃO SOCIAL:

NOME FANTASIA:

CNPJ:

ENDEREÇO:

BAIRRO:

CIDADE:

EST.:

CEP:

TEL (XX)

FAX (XX)

E-MAIL:

BANCO:

AGÊNCIA:

C/C:

NOME P/CONTATO:

2. ASSINATURA DO CONTRATO NOME:

QUALIFICAÇÃO: (nacionalidade, naturalidade, profissão, estado civil, endereço residencial, n° do documento de identidade, n° do CPF)

Na qualidade de: (Representante legal ou procurador)

OBSERVAÇÕES:

1 Tratando-se de representante legal será observado o **ESTATUTO SOCIAL**, contrato social ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura, constante dos documentos de habilitação já existentes no processo;

2 Tratando-se de procurador, o instrumento de **PROCURAÇÃO** pública ou particular confirmareconhecidoqualconstempoderesparapraticartodosos atospertinentespara formalização do contrato, acompanhado do correspondente documento que comprove os poderes do mandante para a outorga, se o mesmo não estiver constando do processo.



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTÁ - RR
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÃO – DLC/PMC

ANEXO XII– MINUTA DO CONTRATO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE XXXX
(Processo Licitatório nº.....)

CONTRATO Nº/....., QUE FAZEM ENTRE SI A
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTÁ,
..... E
.....

Aos..... dias do mês de..... do ano de dois mil e....., neste município de Cantá, Estado de Roraima, na sede da PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTÁ, situada na Av. Renato Costa de Almeida nº 100 – Centro, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE CANTÁ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (MF) sob o nº 01.612.682/0001-56, doravante designada simplesmente CONTRATANTE, neste ato representada por pelo senhor Gestor,, brasileiro, (profissão), (estado civil) portador do RG sob o nº....., devidamente registrado no CPF sob o nº....., residente e domiciliado na Rua/Av. bairro, Cantá/RR e, do outro lado a empresa, daqui por diante denominada CONTRATADA, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (MF) sob o nº com sua sede na Avenida/Rua....., N° Bairro....., na cidade, Registrado na Junta Comercial do Estado de (NIRE) nº 00.0.0000000-0, Protocolo 00/000000-0 de 00/00/0000, sob o nº....., neste ato representada por sócio/representante/procurador, o Sr., brasileiro, casado/solteiro, identidade nº....., CPF (MF) nº, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Presencial nº. .../..., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE MEDIDA	DE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						
2						
3						

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTÁ - RR
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÃO – DLC/PMC

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do contratado;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 2.1. O prazo de vigência da contratação é de contados do(a), na forma do artigo 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2..2. O prazo de vigência poderá ser prorrogado mediante termo aditivo, nas hipóteses e condições previstas na Lei nº 14.133/2021, devidamente justificado pela Administração.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

- 3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

- 4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

- 5.1. O valor total da contratação é de *de R\$ xxxxx (xxxxxxx)*.
- 5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

- 6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

- 7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

- 8.1. São obrigações do Contratante:.....

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

- 9.1. A CONTRATADA obriga-se a:.....



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTÁ - RR
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÃO – DLC/PMC

CLÁUSULA DÉCIMA- – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

10.1. **Garantia da Proposta:** A garantia de manutenção da proposta corresponderá a até **1% (um por cento) do valor estimado da contratação por lote**, conforme o disposto no art. 58, §1º, da Lei nº 14.133/2021, podendo ser prestada por qualquer das modalidades previstas no art. 96 da referida Lei. A restituição da garantia observará o prazo legal estabelecido no **art. 58, §2º, da Lei nº 14.133/2021**, contado da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

11.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

13.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTÁ - RR
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÃO – DLC/PMC

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA– DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

14.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Gestão/Unidade:

Fonte de Recursos:

Programa de Trabalho:

Elemento de Despesa:

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA– DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA– PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO (art. 92, §1º)

17.1. Fica eleito o foro da Comarca de Boa Vista- RR, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTÁ - RR
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÃO – DLC/PMC

ANEXO XV- COMPROVANTE DE ENTREGA DE EDITAL

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXECUÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS, VISANDO À PRODUÇÃO, ORGANIZAÇÃO, COORDENAÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DE CAMPEONATOS DE FUTEBOL SOCIETY, COM FORNECIMENTO DE INFRAESTRUTURA E MATERIAIS, PARA ATENDER ÀS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER DO MUNICÍPIO DE CANTÁ/RR

PREGÃO PRESENCIAL Nº: 001/2026

ABERTURA DIA: 19/05/2026

HORÁRIO: 9h (horário local – Cantá/RR)

I – RETIRADA PRESENCIAL

Razão Social: _____

CNPJ: _____

Endereço: _____

Email: _____

Telefone p/ Contato: () _____

CARIMBO DO CNPJ

Cantá - RR, _____ de _____ 2026.

Nome Completo e Assinatura do Responsável

II – RETIRADA VIA INTERNET

ATENÇÃO: Os interessados que retirarem o edital pela internet, **DEVERÃO ENCAMINHAR ESTE COMPROVANTE**, devidamente preenchido, para o Departamento de Licitações e Contratação da Prefeitura de Cantá/RR, por meio do e-mail: licitacaocanta@gmail.com.

O envio deste comprovante tem como finalidade possibilitar a comunicação oficial entre a Administração e a empresa participante, inclusive para: Divulgação de retificações, esclarecimentos e aditamentos ao edital (art. 55, V da Lei nº 14.133/2021); Notificações formais acerca do processo licitatório; Garantia de ciência e isonomia.

A não apresentação deste comprovante, seja **presencialmente** ou por **meio eletrônico**, exime o Município da responsabilidade pela ciência de alterações posteriores, não cabendo reclamações futuras.